[33] Kleiber, Schnedecker e Ujma (1994, p. 5) observam que foi Guillaume o primeiro a usar a designação anáfora associativa para essa relação referencial. Citam outras denominações a ela já conferidas (inter-referência, anáfora conceptual, conexão intrínseca, anáfora indireta), indicando obras em que aparecem essas denominações. Blanche-Benveniste e Chervel (1966), examinando esse tipo de anáfora como fenômeno psicológico, dão-lhe o nome de anáfora por associação (p. 31). Entre todos esses termos, o de maior divulgação, especialmente em trabalhos recentes, é anáfora indireta, adotado, por exemplo, por Schwartz (2000) e Marcuschi (2005). Há alguma diferença na direção dos estudos que se dizem de 'anáfora indireta' e abandonam o termo anáfora associativa: eles se conduzem mais pelo modo de ativação cognitiva do processo inferencial (tratando, por exemplo, das relações conceituais, dos recortes do mundo textual invocado, dos domínios interpretativos) e menos pela explicitação da relação entre o elemento anafórico e a porção textual que desencadeia a inferência (tratando, por exemplo, da estereotipia e da relação meronímica, das quais falarei adiante).

[34] Para Apothéloz e Reichler-Beguelin (1999, p. 364), essas duas propriedades da anáfora associativa são consensuais entre os lingüistas, mas, a partir daí, surgem divergências em alguns pontos, especialmente os que se referem à origem da informação prévia (por exemplo, se precisa ser cotextual) e ao tipo de sintagma que opera a anáfora (por exemplo, se é necessário que ele tenha artigo definido).

[35] A maior parte dos estudiosos (por exemplo: Kleiber, Patry, Ménard, 1993, 1994a; Ujma, 1994) considera que só há anáfora associativa na direção do todo para a parte, e não o contrário. Corblin (1985; 1987), por seu lado, apresenta exemplos em que *igreja* remete anaforicamente a *campanário*, e *casa* remete a *teto*, isto é, o todo remete à parte. Para Kleiber, Patry, Ménard (1993), há, de fato, casos em que a parte precede o todo, mas há razões de diversas ordens que impedem que se considere que o todo constitua nesses casos uma expressão anafórica.

[36] Ver nota 33.

[37] Kleiber, Schnedecker e Ujma (1994, p. 10) apontam que as marcas de definitude dos dois sintagmas nominais envolvidos na anáfora associativa são essenciais para caracterizar o aspecto formal da relação.

[38] Ver, adiante, item "(Re)categorização e manipulação do enunciado.

[39] O conhecimento compartilhado pelos membros de determinada cultura constitui o que Givón (1984, pp. 399-401) chama arquivo permanente, sendo denominado arquivo ativo aquele "arquivo de conhecimento mantido pelos falantes / ouvintes para o propósito de produzir e interpretar um discurso particular do modo como ele está sendo conduzido".

[40] Fica implicada, aí, como propriedade definitória das descrições definidas, a unicidade. Para outros, por exemplo, Hawkins (1978) e Prince (1981), a propriedade a ser invocada é a familiaridade.

[41] Essas entidades singulares – exatamente por serem singulares – freqüentemente são referidas com inicial maiúscula.

[42] A diversidade da expressão possessiva em português é examinada em Neves (1993 e 2000a).

[43] Trata-se, afinal, de uma anáfora associativa. Ver item "A anáfora associativa".

[44] Um estudo contrastivo do emprego do artigo em nomes sujeitos, feito com base na presença de unidades semânticas do verbo (segundo Chafe, 1970), encontra-se em Neves e Rodrigues (1978).

[45] Como já indicado no item "A anáfora associativa", Hawkins (1978, p. 123) denomina *trigger*, "gatilho", o sintagma nominal que provoca as associações.

[46] O exemplo que os autores dão, em língua inglesa, para o que não se contempla, é *The tiger is a fierce animal that lives in the jungle*. Eles também registram que essa lista de Hawkins constitui um desenvolvimento e uma extensão de Christophersen (1939).

[47] Ver nota 45.

[48] Confronte-se essa indicação com o que se diz do demonstrativo em comparação com o artigo, no início do item "Os demonstrativos", a seguir.

[49] Esse tema foi tratado no item "Sintagmas normais definidos", quando se falou do reconhecimento referencial pelo 'arquivo permanente' (Givón, 1984, p. 399).

[50] Desse tipo de entidades tratei em "Sintagmas normais definidos" (quando falei da definitude que surge do 'arquivo permanente') e no item "Os usos do artigo definido".

[51] Lembre-se que, com o quantificador universal, a referência é à totalidade.

[52] Ao tratar das nominalizações que recategorizam o objeto, Apothéloz (1995a, p. 154) diz que elas podem ser a ocasião de um trabalho mais, ou menos, importante sobre aquilo que Frege (1892) chamava "modo de dar o referente", um trabalho que pode refletir toda espécie de finalidades e necessidades pragmáticas, como, por exemplo, a argumentação. Essa é, determinantemente, a finalidade que se observa nos exemplos aqui oferecidos. Ver nota 6.

[53] Ver nota 30.

[54] Kleiber; Schnedecker; Ujma (1994, p. 47) trazem uma lista de pesquisadores que defendem essa posição.

[55] Os autores mostram que o holandês tem dois demonstrativos, correspondentes, respectivamente, a *this* e a *that* do inglês.

[56] Ver item "A categorização".

[57] Ver item "A recategorização".

Imprimir marcas no enunciado. Ou: A modalização na linguagem*

Introdução

Os estudos sobre modalidade são de notável diversidade, de um lado porque varia a própria conceituação dessa categoria, de outro porque varia o campo de estudo, de outro, ainda, porque variam as orientações teóricas, e, finalmente, porque se privilegia ora um ora outro tipo de modalidade.

Desde a questão fundamental pela qual se pergunta se 'enunciar' já implica modalizar, até a questão de saber em que grau e por que meios o falante ajusta a modalidade que marca o seu enunciado, muita matéria de investigação se oferece ao estudioso da língua em função.

A noção básica de modalidade

O primeiro problema que se apresenta ao investigador da modalização dos enunciados de uma língua natural está na própria conceituação da categoria 'modalidade', que não é, absolutamente, pacífica. Conceituar modalidade é uma tarefa complexa exatamente porque esse conceito envolve não apenas o significado das expressões modalizadas, mas, ainda, a delimitação das noções inscritas no domínio conceptual implicado.

Duas questões básicas de investigação podem ser lembradas: a primeira refere-se à própria avaliação da existência ou não de modalidade em enunciados sem marca

de modalização explícita e detectável – pelo menos como um segmento, ou um elemento, do enunciado –, e a segunda diz respeito ao difícil estabelecimento de fronteiras entre lógica e Lingüística, quando o assunto é modalidade.

A opcionalidade da categoria 'modalidade' nos enunciados

A discussão inicial, no estudo lingüístico da modalidade, diz respeito, pois, à possibilidade, ou não, da existência de enunciados não-modalizados.

De um lado, pode-se dizer que, se a modalidade é, essencialmente, um conjunto de relações entre o locutor, o enunciado e a realidade objetiva, é cabível propor que não existam enunciados não-modalizados. Do ponto de vista comunicativo-pragmático, na verdade, a modalidade pode ser considerada uma categoria automática, já que não se concebe que o falante deixe de marcar de algum modo o seu enunciado em termos da verdade do fato expresso, bem como que deixe de imprimir nele certo grau de certeza sobre essa marca.

Como aponta Bellert (1971, apud Dutka, 1993, p. 99), a interpretação semântica de um enunciado consiste em um conjunto de conclusões que dele decorrem, conforme as regras gramaticais empregadas e as informações de que se revestem as entradas lexicais utilizadas, mas, além disso, a cada enunciado necessariamente se atribui uma atitude modal, que pode ser explicitada como "o emissor afirma que...", "o emissor quer saber se...", etc.

Entretanto, a tradição da Lingüística não tem tratado a modalização dos enunciados dessa maneira. Traçando um histórico desse tratamento, Ducrot (1993) diz que, seguramente, o nome **modalidade** foi dado inicialmente às expressões que remetem de modo mais, ou menos, aproximado à oposição estabelecida pela Lógica antiga entre os conceitos de "possível", de "real" e de "necessário". Nessa perspectiva, esses são os conceitos tidos inicialmente como modalidades, e a tendência é ver o real como uma espécie de modalidade zero. Assim,

- *Falso foi o meu sonho.*

aparece como menos modal do que

- ***É possível** que falso tenha sido o meu sonho.* (ML)

e menos ainda que

- ***É necessário** que falso tenha sido o meu sonho.*

Por outro lado, a simples afirmação de um fato como ocorre em

No próximo correio ele virá. (ARR)

é sentida como menos modal do que a afirmação de uma obrigação, como

- *No próximo correio ele **deverá** vir.*

ou de uma crença, como

- ***Acho** que no próximo correio ele virá.*

Defendendo que o conceito de modalidade, como todo conceito, é opositivo, e que, portanto, se há modal, há não-modal, Ducrot (1993) recorre, para a conceituação de modalidade, à oposição tradicional que existe, no pensamento ocidental, entre objetivo e subjetivo, entre a descrição das coisas e a tomada de posição em relação a essas coisas, ou em relação à própria descrição dada, já que há a tendência de pensar que, se a descrição é correta, ela está em conformidade com as coisas, e que as coisas são o que se diz delas. Nesse modo de ver de Ducrot, o aspecto não-modal dos enunciados viria da descrição das coisas, das informações a propósito delas, da informação objetiva, e os aspectos modais seriam os relativos às tomadas de posição, às atitudes morais, intelectuais e afetivas expressas ao longe do discurso. Afinal, fica proposto que, na noção de modalidade, se possa separar, ao menos teoricamente, o objetivo e o subjetivo, e, desse modo, que haja uma parte isolável da significação que seja pura descrição da realidade.

Considerando a modalidade como uma categoria opcional da sentença, Katny (1993) vê o modo verbal indicativo como não-marcado em termos de modalidade. Ele afirma que, quando a atitude do falante em relação a uma proposição é expressa por algum meio formal que não o simples indicativo, isso pode ser referido como modalidade, num sentido estrito. E, afinal, nem mesmo todas as atitudes – como, por exemplo, expressividade, emocionalidade – seriam modais.

Para Stephany (1993), o problema é, afinal, terminológico, já que, quando um enunciador diz *Está chovendo*, pode-se entender que, aceitando a factualidade da proposição expressa em sua asserção, e esperando que o destinatário a reconheça, ele não vê necessidade de qualificar a validade de seu enunciado. Assim, deveriam simplesmente ser consideradas como não-marcadas, do ponto de vista da modalidade, asseverações como

- *A carga elétrica do próton é positiva e a do elétron é negativa.* (ELE)
- *Os mamíferos são, como as aves, homeotermos.* (GAN)

Nesse sentido vai a afirmação de Lang (1988, apud Wald, 1993) de que as proposições não podem ser proferidas puramente, estando sempre no alcance de um operador modal, o que desconsidera a possibilidade de uma modalidade 'neutra'.

Burton-Roberts (1984) diz que *p* (uma proposição) é sempre modal, no sentido de que, incontestavelmente, ela é mais fraca do que *p necessário*, e incontestavelmente mais forte do que *p possível*, e, assim, se um falante sabe que *p*, então, pela máxima de quantidade, ele é levado, sobre bases cooperativas, a dizer *p*, de preferência ao mais fraco *possível p*. Seria enganador alguém dizer

- ***É possível** que a carga elétrica do próton seja positiva e a do elétron seja negativa.*

ou

- ***É possível** que os mamíferos sejam, como as aves, homeotermos.*

se ele sabe (= tem pleno conhecimento de) que a carga elétrica do próton é positiva e a do elétron é negativa, e que os mamíferos, como as aves, são homeotermos.

Considerando que uma das classes de modalidade (e uma classe primordial) é a que reúne a asserção (afirmação e negação), a interrogação e a ênfase, Culioli (apud Vignaux, 1988) propõe que, automaticamente, não existem enunciados não-modalizados. Também para Kiefer (1987,p. 77), cada tipo frasal tradicionalmente reconhecido (frase declarativa, interrogativa, optativa, exclamativa e imperativa) revela um tipo diferente de opinião por parte do falante, e, portanto, corresponde a um tipo de modalidade.

Com efeito, como diz Julia (1989), a consideração da modalidade, no uso lingüístico, começa pelo reconhecimento da existência dos diferentes modos de interação social, que, para ele são três: declaração, interrogação e exortação. Isso, na verdade, representa um afastamento da concepção psicologista da modalidade como 'atitude do falante', em favor de outra mais social. Julia (1989, pp. 187-188) lembra muitos grandes autores – especialmente os funcionalistas, mesmo os que assim não se intitulam – que se situaram nessa visão: Jespersen (1924, p. 302), que distinguiu os pedidos dos não-pedidos, subclassificando-os, respectivamente, em exortações e perguntas, por um lado, e em declarações e exclamações, por outro; Lyons (1977, p. 747 ss.), que distinguiu asseveração, pergunta e ordem como os três tipos fundamentais de expressão, segundo a "força ilocucionária"; Benveniste (1970), que propôs uma distribuição bastante similar a todas essas, referindo-se a ordem, a asserção e a interrogação. Para propostas quadripartidas, Julia cita Buyssens (1967, p. 10), que indica a asseveração, o desejo, a ordem e a pergunta, e Halliday (1985, p. 68), que fala em oferta, ordem, asseveração e pergunta. Psicologismo à parte, entretanto, os modalizadores – e a própria modalidade de ato de fala, ou seja, o tipo frasal – são usados na interação verbal, em princípio, para exprimir o ponto de vista do enunciador.

Lógica e Lingüística

O histórico das investigações da Lógica

As primeiras modalidades, as aléticas ou aristotélicas, foram determinadas no quadrado lógico apresentado por Aristóteles, no qual, a partir das modalidades fundamentais do possível e do necessário, definem-se, por negação, os contrários respectivos, o impossível e o contingente.

A modalidade alética se refere às noções de verdade e/ou falsidade das proposições, podendo os enunciados de uma ciência ser necessariamente ou possivelmente verdadeiros. A noção de verdade, então, deixa de ser absoluta para ser necessária ou possível, num certo eixo que assim se representa (Parret. 1988. p. 91):

necessário	contingente	impossível
	(nem necessário nem impossível)	

Estabelecidas as modalidades aléticas, os lógicos definiram outros dois eixos conceituais, o do conhecimento e o da conduta, nomeando, então, as modalidades epistêmica e deôntica, do eixo da crença e da conduta, respectivamente (Parret, 1988, p. 93 e 96):

certo (p)	(pelo menos) *provável (p)*	(pelo menos) *possível (p)*
obrigatório	Certo	necessário

A investigação lógica da modalidade sofreu críticas que marcaram seu desenvolvimento subseqüente.

Dentre essas críticas destaca-se a de Blanché (1969), que propõe uma reformulação do clássico quadrado lógico. Para Blanché, o sistema ideal é aquele em que as partes se relacionam por oposição e contraste, e isso o leva à proposta de um hexágono, que, na verdade, é uma ampliação do quadrado lógico. Nesse hexágono existe uma tríade dos contrários A-E-Y (em que A é o necessário, E é o impossível e Y é o termo neutro), à qual se opõe a tríade dos subcontrários, I-O-U (em que I é o possível, O é o contingente e U é o pré-determinado) formando-se uma relação de contrariedade a partir da negação.

Nessa estrutura de relações são entendidas, paralelamente, as modalidades (alética / epistêmica / deôntica), paralelismo já sugerido por Von Wright (1951, apud Tolonen, 1992).

Na fórmula de quatro valores básicos ligados a possibilidade e a necessidade, que, afinal, marcou o tratamento tradicional das modalidades na lógica formal (Carnap, 1946), dois positivos se traduzem em dois negativos:

- *necessariamente verdadeiro* (necessário) traduz-se em *não possivelmente não-verdadeiro* (impossível);
- *possivelmente verdadeiro* (possível) traduz-se em *não necessariamente não-verdadeiro* (contingente, ou não-necessário).

As relações entre Lógica e Lingüística na definição da categoria 'modalidade'

Dado o histórico do estabelecimento das modalidades, falar de modalização, em princípio, é falar de conceitos lógicos, como "possibilidade" e "necessidade". Com efeito, o conceito de modalidade tem sido muito influenciado pela visão lógica.

Essa inter-relação tem constituído um complicador em investigações que se pretendam essencialmente lingüísticas, especialmente porque, evidentemente, as línguas naturais são alógicas. Exatamente por isso, são diferentes os objetivos da Lingüística e os da Lógica modal no estudo das modalidades, preocupando-se esta com a estrutura formal das modalidades em termos de valores de verdade, e independentemente do enunciador. Os estudos lingüísticos, por seu lado, tratam das línguas naturais, e nelas, como diz Alexandrescu (1976, p. 19), saber que uma proposição p é obrigatória ou

necessária é "saber para quem p é obrigatória ou necessária, quem aprecia o valor modal do enunciado p, e em virtude de qual sistema de normas" (grifos meus). Outro complicador provém da natural utilização dos termos relativos a noções de base lógica – como **possibilidade**, necessidade, **probabilidade, factualidade** – para o estabelecimento das definições, no campo da modalização dos enunciados. Wierzbicka (1988) chama a atenção para o problema que resulta do emprego de palavras e expressões do jargão filosófico, tais como **contingência, possibilidade, necessidade, factualidade** na definição de palavras que também se usam corriqueiramente, como, por exemplo, os verbos chamados **modais**[1] (português: *poder, dever, precisar*, etc.). Para ela, essa tentativa de esclarecimento, que consiste em traduzir palavras de noção considerada complexa por palavras mais complexas e obscuras ainda, além de arbitrária, resulta na introdução de conceitos que não são, eles próprios, esclarecidos e definidos.

Esse problema aparece tanto em conceituações bem amplas, como as de Bally (1942) e de Palmer (1986), quanto em conceituações mais restritas, como a célebre definição de Lyons (1977), que limita o conceito de modalidade às noções de "necessidade" e "possibilidade". Raramente uma conceituação abre mão de noções como essas, aparentadas com a Lógica, e nessa exceção está Mainguenau, que, estritamente dentro de um ponto de vista lingüístico, define modalidade como "a relação que se estabelece entre o sujeito da enunciação e seu enunciado" (1990, p. 180).

Kiefer (1987) propõe uma distinção entre as descrições lógicas e as lingüísticas: a tradição lógica se concentra na descrição de proposições lógicas, e a tradição lingüística enfatiza os aspectos não-proposicionais da modalidade, sendo as expressões modais nas línguas naturais usadas principalmente para expressar as atitudes do falante em relação aos estados de coisas. Kiefer assim resume o que ele chama de "definição lógica de modalidade":

> A modalidade de p significa que p é necessariamente verdadeiro ou falso, ou possivelmente verdadeiro ou falso em relação a certo pano de fundo. Ou, alternativamente, a modalidade de p significa que p é necessariamente verdadeiro ou falso, ou possivelmente verdadeiro ou falso num certo conjunto de mundos possíveis. (p. 71) [2]

A seguir, ele busca indicar quais as condições que têm de ser preenchidas para que uma expressão lingüística seja uma expressão de modalidade, de acordo com a definição lógica de modalidade: primeiramente, o significado da expressão deve ser relacionável com as noções de necessidade e de possibilidade, e, em segundo lugar, ele tem de ser proposicional.

Ora, os verbos de atitude proposicional, como o assinalado em

- *Ele não **acredita** que as resistências à reforma no Congresso atrapalhem os planos do governo.* (ESP),

são proposicionais (condição 2), mas não expressam possibilidade ou necessidade (*condição 1*), e, então, estão excluídos do domínio da modalidade. Por outro lado, advérbios modais, como em

- ***Provavelmente** você não gostará da resposta.* (CLA),

geralmente têm significado relacionado a possibilidade ou a necessidade (condição 1), mas não são proposicionais (condição 2), e, conseqüentemente, devem ser excluídos do conjunto de expressões modais, devendo ser mais rigorosamente interpretados como expressões de atitude do falante, juntamente com os verbos parentéticos, as partículas modais, a entoação, a ordem de palavras, etc., todos elementos não-proposicionais. Entretanto, a tradição lingüística parece considerar as expressões de atitudes do falante como o principal meio de expressão da modalidade nas línguas naturais, de onde se conclui que "a definição lógica da modalidade tem pouco a dizer sobre modalidade em lingüística" (Kiefer, 1987, p. 73).

Coquet (1976) invoca Benveniste, que considera possibilidade e necessidade como as duas modalidades fundamentais, tanto em Lingüística quanto em Lógica, mas diz que ele não esclarece a razão pela qual essas duas modalidades são primordiais em Lingüística, dizendo apenas que a categoria lingüística da modalidade compreende inicialmente os dois verbos *poder* e *dever*, e não mostrando como fazer a ligação entre o modelo lógico, de vocação universal, e o modelo sintático, relativo e aparentemente fortuito. Pelo contrário – aponta Coquet – o que Benveniste diz leva a duvidar fortemente do caráter primordial, em lingüística francesa, das duas modalidades do poder e do dever.

As propostas de equacionamento da inter-relação entre Lógica e Lingüística no exame da modalização

O problema das relações entre lógica e Lingüística não é simples de ser esclarecido, mas ninguém duvida de que seria necessário, em princípio, opor o plano lógico-semântico ao plano da manifestação lingüística. Entretanto, embora certos lingüistas tenham tentado distinguir a modalidade lingüística da lógica, as definições oferecidas trazem, na maior parte das vezes, a marca lógica. E afinal, apesar de as línguas naturais não se comportarem de maneira lógica, as pesquisas têm demonstrado que os domínios da Lógica e da Lingüística são inseparáveis.

Na tradição da análise lógica, as modalidades proposicionais se definem em relações de verdade que se estabelecem entre as proposições em si e algum universo de realização. Nessa análise, ficam estabelecidas as subcategorias 'verdadeiro' e 'falso', havendo, segundo Givón (1984, p. 252), que retoma Carnap (1947, 1959), três modos de verdade particularmente interessantes para os lingüistas: a) a verdade factual; b) a verdade necessária; c) a verdade possível.[3]

Nas línguas naturais, entretanto, não se mantêm as definições estabelecidas pela Lógica, já que o simples envolvimento de um falante e um ouvinte, em uma situação de comunicação, implica a existência de um contrato epistêmico que redefine as modalidades sentenciais em termos de conhecimento: a) conhecimento asseverado como real (que inclui a verdade factual); b) conhecimento não-contestado (que inclui

a verdade necessária); c) conhecimento asseverado como irreal (que inclui a verdade possível ou condicional) (Givón, 1984).

Envolve-se, ainda, na definição dessas modalidades, a noção de pressuposição, não invocada na lógica tradicional, mas que constitui componente da estrutura lógica do pensamento, um componente independente da justificação por evidência factual.

Como diz Givón (1984), diferentemente da noção de necessidade, que representa pré-condição para a verdade, a noção de pressuposição constitui pré-condição para a significação. Assim, num enunciado como

- *Só **lamento** que a misteriosa moça não me tenha esperado.* (XA),

o uso da forma verbal *lamento* – um verbo factivo[4] – indica que é verdadeiro o fato de a moça não ter esperado o indivíduo que vem referido nessa primeira pessoa do singular. Se assim não for, o verbo estará mal empregado, já que tal fato é um pressuposto do enunciado, que só a partir dessa pré-condição obtém significação.

Essa determinação é independente do contrato comunicativo estabelecido entre falante e ouvinte, isto é, ela se refere ao conteúdo proposicional em si. Entretanto, obviamente, a interpretação do enunciado real da língua implica que se redefina a recuperação da pressuposição em bases pragmáticas, com o envolvimento de noções como, por exemplo, a de conhecimento compartilhado.

Givón (1984) observa, por outro lado, que propor uma entidade como conhecimento não-contestado[5] implica uma conjuntura interacional lingüística, no sentido de que implica posse de conhecimento por parte do falante e do ouvinte, garantida por uma fonte,[6] seja ela uma observação direta, seja uma experiência prévia, seja uma intercomunicação precedente, etc.

De tal modo – conclui Givón (1984) – a investigação das modalidades na língua em uso, embora indissociável das bases lógicas que definem as proposições individuais, se redefine em função da sua inserção pragmática, ou seja, da sua inserção no evento comunicativo, no qual a expressão lingüística – e, portanto, as proposições que a compõem – é apenas um elemento dentro das relações entre falante e ouvinte, suas intenções comunicativas e suas reconstruções de intenções.[7] Reconstruídas como parâmetros comunicativos, as modalidades proposicionais, tanto da tradição antiga (por exemplo, a necessidade) como da mais recente (por exemplo, a pressuposição) se redefinem, substituindo-se a verdade e a falsidade das proposições pelas atitudes, crenças e expectativas dos participantes da comunicação, considerados os enunciados reais como atos de fala que contêm proposições.

A modalização dos enunciados

As diferentes noções de modalidade

Procurando mostrar que é possível conciliar a tradição lógica e a tradição lingüística, Kiefer (1987) discute três noções de modalidade, que aqui se exemplificam:

a) expressão de possibilidade e de necessidade (alética / epistêmica / deôntica).
   - *Você **tem que** ter um critério muito grande quando coloca um filme lá.* (RI)
   - *O governo não **deve** sentir avareza nem apego pela riqueza e muito menos pela propriedade, **deve** doá-las para o bem-estar público.* (BUD).

b) expressão de atitudes proposicionais (com verbos que expressam estado cognitivo, emocional ou volitivo + oração completiva).
   - *Não **sabe** como começar sua história, por que vai mentir?* (AGO)
   - *Eles fazem mesmo, **eu sei**, porque também já estive lá sem ter culpa de crime nenhum.* (SA)

c) expressão de atitudes do falante (qualificação cognitiva, emotiva ou volitiva que o falante faz de um estado de coisas).
   - *A Justiça **realmente** deve uma resposta ao País.* (SI)
   - *A Kosmos **é uma das empresas credenciadas** pelo BNH. E, **provavelmente**, é a que mais se **identifica** com o espírito do programa habitacional.* (P-REA)

Na verdade, a primeira classe e a segunda situam-se no *dictum* da tradicional dicotomia *modus / dictum*,[8] pois se referem às proposições, não ao ato de fala, ou seja, são atitudes da pessoa a quem o sujeito da oração principal se refere. Na terceira classe encontra-se a modalidade entendida *stricto sensu*, isto é, entendida como externa ao *dictum*.

Os diversos tipos de modalidade

"Necessidade" e "possibilidade" são as noções que se colocam tradicionalmente na base da subtipologização das modalidades. Embora representem categorias distintas, essas noções não são independentes, e se resolvem em subcategorias modais (alética / epistêmica / deôntica / bulomaica / disposicional).[9]

A modalidade alética, ou lógica, está exclusivamente relacionada com a verdade necessária ou contingente das proposições:

- *A água **pode** ser encontrada em estado sólido, líquido ou gasoso.* (HID) (possibilidade alética)
- *Mas, se a Terra é uma bola e está girando todo dia perto do Sol, não **deve** ser verão em toda a Terra?* (ATE) (necessidade alética)

A modalidade alética tem relação com o mundo ontológico, refletindo a escala lógica que vai do necessário ao impossível, passando pelo possível e pelo contingente. Assim, embora central na Lógica, a modalidade alética é dificilmente detectada nas línguas naturais, já que o comprometimento da modalização alética com a verdade relacionada a mundos possíveis torna pouco claros no discurso comum casos de sentenças que sejam apenas aleticamente modalizadas. É muito improvável que um conteúdo asseverado num ato de fala seja portador de uma verdade não filtrada pelo

conhecimento e julgamento do falante. Por essa razão, a modalização alética não constitui matéria privilegiada de investigação quando se trata de ocorrências reais de uma língua, diferentemente da modalização deôntica e, especialmente, da epistêmica.

A modalidade epistêmica está relacionada com a necessidade e a possibilidade epistêmicas, que são expressas por proposições contingentes, isto é, que dependem de como o mundo é. O conhecimento do falante sobre o mundo é representável como um conjunto de proposições. **Uma proposição *p* é epistemicamente necessária** se *p* for acarretada **por aquilo que o falante sabe sobre o mundo, e uma proposição** *p* é epistemicamente possível se *p* **for compatível com aquilo que o falante sabe sobre o** mundo:

- *Lá fora, o sol da tarde* ***pode*** *estar dourando tudo.* (R)
  (possibilidade epistêmica)
- *– Esta moça está lá dentro?*
- *–* ***Deve*** *estar. Quer que mande chamá-la?*
  (necessidade epistêmica)

A modalidade deôntica está relacionada com obrigações e permissões. Uma proposição *p* é obrigatória se não é permitido que *p*, e é permitida se não é obrigatório que *p*:

- *Primeiro eu vou mostrar ao senhor a baixada. Lá eu posso arranjar um animal para Ricardo, com Benedito da Olaria. Almoçamos aqui. Depois do almoço, Ricardo* ***pode*** *ir com a gente.* (ALE)
  (possibilidade deôntica)
- *Ângela, é preciso tomar cuidado e não exagerar: você não* ***deve*** *estragar Mário.* (ML)
  (necessidade deôntica)

A modalidade deôntica está condicionada por traços lexicais específicos ligados ao falante ([+controle])[10] e, de outro lado, implica que o ouvinte aceite o valor de verdade do enunciado para executá-lo.

A modalidade bulomaica, ou volitiva, diz respeito a necessidade e a possibilidade, relacionadas aos desejos do falante (no fundo, uma necessidade deôntica):

- *Não* ***pode*** *ser. Seria sorte demais... Você quer dizer que o nosso Hipólito foi traduzido por Lutércio, do grego? Meu Deus! Não* ***pode*** *ser verdade. Seria a primeira tradução conhecida, de Eurípides, em latim. Coisa de fazer inveja até a Petrarca, meu querido!* (ACM)
  (possibilidade bulomaica)
- *Desta vez o título* ***deve*** *ser nosso* (FSP)
  (necessidade bulomaica)

A modalidade disposicional, ou habilitativa, refere-se a disposição, habilitação, capacitação (no fundo, uma possibilidade deôntica):

- *Os reimplantes são completados. A Criatura, mesmo renga,* ***pode*** *andar.* (AVL)
- *O premiê britânico, John Major, disse ontem em entrevista à BBC que a princesa Diana* ***deve*** *ter um papel "digno" na vida pública.* (FSP)

Palmer (1986) considera que sentenças como essas não envolvem nem a atitude nem a opinião do falante, e, apesar de admitir que a expressão de capacidade poderia ser excluída da tipologia das modalidades lingüísticas, ele a mantém, analisando-a em separado, como modalidade "dinâmica". O autor julga necessária essa manutenção, devido à importância de tal categoria para o estudo do significado dos verbos modais.

Goossens (1985) tem uma proposta semelhante. Ele considera a existência de uma modalidade relacionada aos significados de capacidade e volição, à qual chama **modalidade facultativa**, e associa as noções de permissão e obrigação à modalidade deôntica.

Perkins (1983, apud Roberts, 1990, p. 364) estende mais ainda a lista dos tipos de modalidades:

1) Aléticas: referem-se a verdade.
2) Epistêmicas: referem-se a conhecimento e a crença.
3) Bulomaicas: referem-se a desejo.
4) Deônticas: referem-se a obrigações.
5) Temporais: referem-se a tempo.
6) Avaliativas: referem-se a julgamentos.
7) Causais: referem-se a causas.
8) Probabilísticas: referem-se a probabilidades.

Entretanto, desde que os lógicos estabeleceram o clássico quadrado, as modalidades (alética / epistêmica / deôntica) têm sido consideradas básicas, sendo o tratamento da primeira praticamente reduzido às investigações lógicas, o que reduz o conjunto, na prática, a dois subtipos.

Na esteira das investigações lingüísticas tradicionais, de base filosófica – assentadas em von Wright (1951) e continuadas em Palmer (1986, 1990) –, necessidade e possibilidade foram postas entre os 'graus' de modalidade, e há, de fato, dois grandes 'tipos' de modalidade, as epistêmicas (relacionadas ao conhecimento) e as não-epistêmicas, ou de raiz (relacionadas às ações), estas subdivididas em deôntica (que envolve permissão e obrigação) e dinâmica (tipo subclassificado em volição e habilidade, ou capacidade). Os dois eixos se entrecruzam, e cada um dos tipos pode ser descrito em termos de possibilidade (base da modalidade epistêmica) e de necessidade (base da modalidade deôntica).

Os tipos e graus de modalidade são assim ilustrados por Klinge (1996):

1) Modalidade epistêmica, que é a força com que o falante acredita na veracidade de uma proposição: *Acredito que p* e *Sei que p*. Os graus básicos de modalidade epistêmica são parafraseados como 'necessário' e 'possível', do modo que se vê, respectivamente, em

- *Lá em cima é tudo bem fechado e é mais fácil se esconder. E **deve** ser mais quente, porque não venta.* (ACM)

e

- *Você **pode** ter estranhado eu chamar Angela de velha.* (A)

2) Modalidade (de raiz) deôntica, que é a maneira como um ato é socialmente ou legalmente circunscrito: *É permitido fazer A* e *É obrigatório fazer A*. Os graus básicos de modalidade deôntica são parafraseados como 'obrigatório' e 'permitido', do modo que se vê, respectivamente, em

- *Assim é que você **deve** fazer.* (OE)

e

- *Bem, você **pode** usar a minha sala.* (AGO)

3) Modalidade (de raiz) dinâmica, que é a maneira pela qual referentes de sintagmas nominais de função sujeito são dispostos em direção a um ato, em termos de habilidade e intenção. Os graus básicos de modalidade dinâmica são parafraseados como volição e habilidade, do modo que se vê, respectivamente, em

- *Mas eu te amo e **quero** te ver sempre.* (BU)

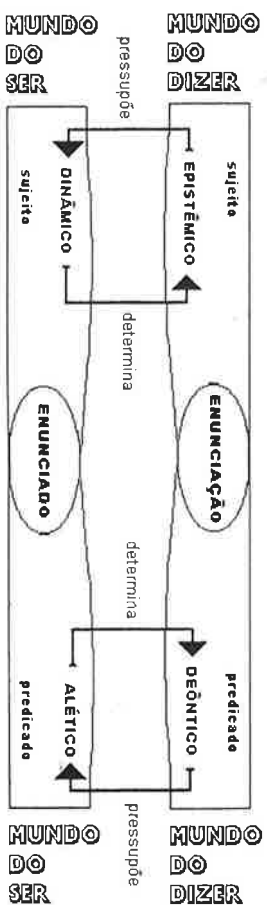
e

- *Eu **posso** resolver isso para você* (OMT)

Em resumo, pode-se dizer que os tipos de modalidade tradicionalmente reconhecidos são um tanto diferentes nos diferentes autores, mas podem, na verdade, ser resumidos na distinção genérica entre modalidade epistêmica e não-epistêmica (de raiz: deôntica e dinâmica), como quer Klinge (1996). Uma simples bipartição entre modalidade epistêmica e modalidade de raiz (deôntica) está em Coates (1983) e em Brown (1991). Uma tripartição entre modalidade epistêmica, modalidade deôntica e modalidade dinâmica, ou disposicional, está em Palmer (1986, 1990), assim como em Davidsen-Nielsen (1990).

Tipos de relação modal e sua inserção no processo de produção do enunciado

Num enfoque perceptivo, vê-se que, nas tradicionais subcategorias de relações modais, a epistêmica, a dinâmica ou disposicional, a deôntica e a alética, distinguem-se dois componentes, 'factualidade' e 'possibilidade', ou 'necessidade', aos quais correspondem noções como "realidade" e "irrealidade", reunidas na categoria central de 'estatuto de validade'.

Essas quatro modalidades tradicionais representam realces perceptivos da fronteira *entre enunciação e enunciado. Há uma orientação diferente, segundo a modalidade,* como se esquematiza no seguinte esquema, que tem base em indicações de Garcia (1994).

A organização indicada pode assim enunciar-se:

a) Epistêmica: orientada para o sujeito da enunciação.
b) Dinâmica: orientada para o sujeito do enunciado.
c) Deôntica: orientada para o predicado da enunciação, implicando o traço [+ controle].
d) Alética: orientada para o predicado do enunciado.

Numa visão vertical, verifica-se que os modais dinâmicos e os aléticos levam aos epistêmicos e aos deônticos, respectivamente. A relação vertical entre os epistêmicos e os dinâmicos nasce do fato de que os primeiros são pressupostos para os outros, do ponto de vista pragmático: alguém crê que alguém fará algo, porque está capacitado para isso. A relação vertical entre os deônticos e os aléticos é semelhante: a necessidade lógica determina a lei moral.

Numa visão horizontal, verifica-se que os epistêmicos e os deônticos afetam o mundo do dizer (o crer e o ordenar), enquanto os dinâmicos e os aléticos afetam o mundo do referente, já que o fazer, logicamente, é uma faceta do ser. Nesse quadro, é especial o estatuto da modalidade alética, relacionada ao mundo ontológico (Lyons, 1977), fundamental no equacionamento veredictório das proposições, e, portanto, central na lógica, mas periférica nas línguas naturais[11] (Kiefer, 1987).

Centremo-nos na modalidade epistêmica, aquela que constitui a qualificação do falante sobre um certo estado de coisas em termos das chances de ele ocorrer em algum mundo possível (Nuyts, 1993a), ou seja, a qualificação do falante sobre a probabilidade de o conteúdo de uma proposição ser ou poder tornar-se verdadeiro, ser, ou poder ser validado (Silva-Corvalán, 1995). Ela envolve inferência lógica do falante, de modo que, quando se diz

X (não) pode / deve (não) fazer / ser Y.

ou

(Não) é possível/provável que X (não) tenha feito/ sido Y.

tem-se como paráfrase: *eu infiro / eu concluo que ...*

É o que se observa, por exemplo, em:

- *É inevitável que apareça mas **pode** demorar, **pode** ficar retido pela "conversa de família".* (A)
- *É claro que essa situação não **poderia** perdurar.* (AR-O)
- *A parte final da história **pode** não ter sido exatamente assim.* (CRE)
- *Almoço de marmita **deve** ser tão gostoso.* (TB)
- *Boa coisa não **deve** ser ...* (MRF)
- *O show dos Rolling Stones danificou o gramado, que **deve** não estar em condições de uso para o domingo.* (FSP)

Pode-se formular da seguinte maneira o conjunto das quatro grandes modalidades epistêmicas mais comuns e mais distinguidas nas línguas naturais (Givón, 1995):

a) Pressuposição: *p* é verdadeira por definição ou por concordância prévia.
b) Asserção real: *p* é fortemente asseverada como verdadeira.
c) Asserção irreal: *p* é fracamente asseverada como possível, provável ou incerta.
d) Asserção negativa: *p* é fortemente asseverada como falsa.

Diferentes graus de modalidade também são reconhecidos tradicionalmente – como se viu no item "Os diversos tipos de modalidades –, em particular os pares possibilidade/permissão e necessidade/obrigação (Palmer, 1990), aos quais se acrescentam habilidade, volição, intenção e predição (Klinge, 1996, p. 36). Necessário e possível são graus ligados à crença do falante na verdade da proposição, e, portanto, à modalidade epistêmica; obrigatório e permitido são graus ligados ao modo como um ato se circunscreve social ou legalmente, e, portanto, à modalidade deôntica. À modalidade dinâmica, também chamada **disposicional**, porque representa "o modo pelo qual os referentes do sintagma nominal sujeito estão dispostos a um ato, em termos de sua habilidade ou intenção" (Klinge, 1996, p. 36), ligam-se os demais graus, habilidade, volição, intenção e predição.

Toda essa complexidade se reflete, na prática, no fato de que as expressões modais, e, em especial, os verbos modais, são altamente polivalentes. Isso pode ser dito, muito particularmente, dos verbos modais em português,[12] que são em número mais reduzido do que o que existe em várias outras línguas.

Modalidade epistêmica e evidencialidade

A modalização epistêmica (que basicamente envolve uma atitude do falante) necessariamente se relaciona com a fonte do conhecimento, com a qual o falante pode não estar comprometido. Como diz Fitneva (1994), conhecer a base epistêmica da informação que a linguagem veicula é tão importante quanto conhecer a própria informação. Essa 'informação epistêmica' *é definida como a qualificação da informação* em termos de sua origem ou da própria atitude do falante (crença, dúvida, etc.). Quanto aos 'evidenciais', muito citada é a definição de Bybee (1985), segundo a qual eles são "os marcadores que indicam algo sobre a fonte da informação da proposição" (p. 18).

Por outro lado, entende-se, por princípio, que a falta de marca indicativa da fonte (a falta de marca evidencial) implica que essa fonte seja o próprio falante, filtro natural das proposições por ele expressas. Quem diz

- *A gente se habitua a tudo, que é só questão de vontade, ou melhor: de força de vontade.*

é entendido como autor e mentor – ou, pelo menos, compartilhador – da idéia de que "a gente se habitua a tudo (etc.)". Se assim não for – e o falante quiser deixar isso registrado, eximindo-se da responsabilidade – ele indicará a fonte externa da idéia / informação. Na verdade, foi o que aconteceu no enunciado documentado:

- ***Dizem** que a gente se habitua a tudo, que é só questão de vontade, ou melhor: de força de vontade.* (A)

Do mesmo tipo são registros como

- *Já **ouvi dizer** que nem todos são maçons.* (BDI)
- *Práticas desta ordem, em que o Pentágono e a CIA estariam envolvidos, não seriam, **segundo a revista Time (30 de agosto de 1993, pp. 28-29)**, grandes novidades.* (REA)
- ***Pelo que disse seu tio**, parece que você não se sente feliz aí, meu filho.* (JT)

Não é consensual entre os estudiosos o conceito de evidencialidade.[13] Só é pacífica a idéia de que se trata de indicação da origem de conhecimento de um enunciador. Entretanto, já por aí se entra em território conflituoso, porque a expressão de uma fonte de conhecimento implica modalização do nível do conhecimento, o que configura a coocorrência das duas categorias. Mas, de fato, elas são duas? Esse é um terreno de dissensões. Se são duas, qual delas está acima da outra, ou seja, qual delas tem a outra no seu âmbito de incidência? Em outras palavras: No domínio semântico do conhecimento, esses são dois modos distintos de as línguas codificarem a qualificação epistêmica? Se são dois, eles devem ser tidos como paralelos, ou um é primário (inclui o outro) e o outro é secundário? Botne (1997) sacramenta a controvérsia quando declara que há dois conceitos de evidencialidade:

> A evidencialidade foi concebida, em um sentido estrito, incluindo os elementos gramaticais que codificam a fonte de conhecimento expressa em uma proposição, e em um sentido lato, incluindo os elementos gramaticais que codificam tanto a fonte de conhecimento como a atitude do falante acerca do grau de convicção / segurança que ele tem na confiabilidade desse conhecimento. (p. 509)[14]

Na verdade, não é evidente que haja uma fusão da qualificação epistêmica com a qualificação da fonte epistêmica, assim como não é evidente que haja subordinação de uma a outra.[15] Entretanto, se alguma é primária, parece ser ela a modalização: com

efeito, a indicação de evidências pode ser vista como uma prestação de serviço ao compromisso do falante com a verdade, com a sua crença na verdade, com o seu julgamento da verdade, e não o contrário.

Assim pensam Palmer (1986), Hengeveld (1988, 1989) e Dik (1989a, 1997), para os quais os evidenciais são um tipo de modal epistêmico. Nessa visão, a evidencialidade se situa na mesma camada que a modalidade subjetiva (ambas como parte da modalidade epistemológica, que é a terceira camada),[16] o que implica não estar nenhuma dessas duas categorias no âmbito de incidência da outra, e estarem ambas incidindo sobre uma outra camada hierarquicamente inferior (a segunda camada, a da modalidade objetiva). Nessa linha se desenvolvem as reflexões aqui apresentadas no item "As classes de elementos modalizadores e os níveis de constituição do enunciado".

Para Van Valin (1997), De Haan (1997) e, especialmente, Nuyts (1992, 1993a, 1995b, 2001), ao contrário, é a qualificação evidencial que determina a qualificação epistêmica. A evidencialidade é uma categoria independente da modalidade epistêmica, e situada em uma camada superior à dessa modalidade.[17] Para Nuyts (1993a), ela é responsável pela qualificação da modalidade que está em seu âmbito de incidência, a qual pode ser subjetiva (se o falante é a fonte) ou não-subjetiva / intersubjetiva (se a fonte é uma comunidade, podendo ser incluído o ouvinte). Nesse modo de ver, modalidade e evidencialidade não são subcategorias do mesmo nível – nível em que se organiza a modalidade epistemológica, como pretende Hengeveld, 1988, o que as poria como apenas inter-relacionadas e garantiria que qualquer uma delas está fora do escopo da outra –, mas, pelo contrário, a evidencialidade atinge a própria qualificação modal do enunciado. Não se trata de uma hierarquização da estrutura lingüística, mas de categorias da estrutura conceptual cujo comportamento tem reflexo na estrutura lingüística. E a interpretação de subjetividade é governada pela ação da qualificação evidencial sobre a qualificação modal. O argumento de Nuyts (1993, p. 946) é que, "sem evidência nenhuma avaliação da probabilidade do estado de coisas é possível – só se poderia, então, dizer que não se sabe".[18]

São possíveis, ainda, propostas que mesclem essas duas mais conhecidas.[19] Pode-se entender que a evidencialidade e a modalidade epistêmica são categorias de diferente natureza: como pretende Nuyts, e diferentemente do que pretendem Hengeveld e Dik, pode-se entender que a evidencialidade não é uma modalidade, mas, por outro lado, como pretendem Hengeveld e Dik, e diferentemente do que pretende Nuyts, pode-se entender que elas estão situadas na mesma camada do enunciado e sem incidência de uma sobre a outra. Assenta-se, nesse caso, a existência de exterioridade e de paridade, e, a partir daí, há que buscar-se a relação (que não envolve incidência) entre o grau de confiança na informação da proposição (modalidade epistêmica) e a indicação sobre a fonte da informação da proposição (evidencialidade). Por outro lado, ainda entendendo *que a evidencialidade e a modalidade* epistêmica são categorias de diferente natureza, ainda entendendo que, como pretende Nuyts, e diferentemente do que pretendem Hengeveld e Dik, a evidencialidade não é uma modalidade, ainda entendendo que, como pretendem Hengeveld e Dik, e diferentemente do que pretende

Nuyts, elas estão situadas na mesma camada do enunciado, pode-se propor que, como pretende Nuyts, e diferentemente do que pretendem Hengeveld e Dik, é a modalidade que está no âmbito de incidência da evidencialidade.

De todo modo, os modelos de organização do enunciado em camadas – seja o da gramática funcional de Dik (1989a, 1997) e Hengeveld (1988, 1989) seja o da gramática de Van Valin e La Polla (1997) – permitem a consideração de modalidade e evidencialidade entre as demais categorias qualificacionais que, estratificadamente, compõem, em inter-relação, o conteúdo proposicional (Dall'Aglio-Hattnher e Neves, 2002).

A manifestação das modalidades

Os meios de expressão

Como se explicita em Neves (1996a), a modalidade pode ser expressa por diferentes meios lingüísticos, por exemplo:

a) por um verbo[20]

a1) (auxiliar) modal:
- *Esse casarão **deve** ser ideal para o reumatismo de minha tia Margherita.* (ACM)
- *O presidente da república **pode** e **deve** ser denunciado como co-autor do homicídio do major Vaz.* (AGO)

a2) verbo de significação plena, indicador de opinião, crença ou saber:
- ***Acho** que por humilhação maior jamais passaram.* (A)

b) por um advérbio, a que ainda pode associar-se um verbo modal:
- *Carlos e Pedro Moreno cochichavam, discutindo **provavelmente** detalhes da agonia. Dona Leonor.* (A)
- *Esse exame propicia a visualização de vários dados, que **devem** ser **obrigatoriamente** pesquisados.* (CLC)

A modalização por meio de advérbios pode incidir num constituinte, e não na proposição:
- *Ela deu uma olhada nele e achou uma anotação meio estranha, **talvez um escólio**.* (ACM)
- *O ateniense, quando desconfia que alguém quer tornar os outros tão hábeis quanto ele próprio, zanga-se, **talvez por inveja**.* (TEG)

c) por um adjetivo em posição predicativa:
- *Quem sabe se nada disso vai ser **necessário**?* (FIG)
- *É **impossível** que o Brasil tome conhecimento de outra aberração.* (RR)
- *É **preciso** que você fique perto de mim, sempre.* (AQ)

d) por um substantivo:
 - *O homem não deve pensar muito, esta é a minha **opinião**.* (OMT)
 - *Tenho a **impressão** que um dos grandes erros da política brasileira nestes últimos vinte anos tem sido a matematização da vida econômica.* (POL-O)

 A ocorrência de nome modalizador é bastante comum na posição de objeto de verbo-suporte,[21] em que o verbo e o sintagma nominal objeto (em princípio, não-referencial) formam, conjuntamente, o predicado.
 - *Cada folha sulfite dobrada em quatro dá **possibilidade** para oito páginas impressas.* (LOP)

e) Pelas próprias categorias gramaticais (tempo / aspecto / modo) do verbo da predicação:
 - *E a discussão ficaria nisso.* (A)

 Essas categorias aparecem normalmente associadas a advérbios modalizadores:
 - *Esta obra **talvez tenha sido** um dos livros didáticos mais importantes da época.* (ATN)

Além desses elementos, expedientes puramente sintáticos podem ser usados na modalização dos enunciados.

a) A unipessoalização (que alterna com a primeira pessoa do singular) minimiza a participação do falante:
 - *Eu sei – disse o Ministro – que Vilar tem a admiração de vocês todos e, portanto, a minha também, mas **é preciso** que vocês, amigos dele, o advirtam.* (Q)

b) O efeito contrário, entretanto, é obtido
 – com intercalação ou apêndice de orações em primeira pessoa:
 - *Perguntou-me se eu estava ali há muito tempo e eu - **acredito** hoje - disse a minha primeira e mais grave mentira da vida: disse que não, havia subido para apanhá-lo, a barca proximava-se do cais.* (BB)
 - *Não que esteja contra. Mas o feminismo é pra mulheres muito especiais, eu **acho**.* (E)

 – com subordinação a orações em primeira pessoa:
 - *Mas **acho** que estou falando demais...* (RI)

Por outro lado, seja qual for o meio segmental utilizado, os meios prosódicos sempre estão presentes na modalização em linguagem falada, e freqüentemente são os únicos responsáveis por ela.

Saint Pierre (1991), buscando formar uma 'gramática dos modalizadores', apresenta um modelo de descrição que, a partir da teoria dos atos ilocucionários, distingue três classes de modalizadores:

a) os marcadores prosódicos, que são a entoação e outros componentes ligados à voz, e podem alterar a força ilocucionária de atos diretivos e assertivos, ou apenas reforçar a modalização expressa pelos marcadores de outro nível estrutural;
b) os marcadores morfológicos e sintáticos, que são os auxiliares modais, as locuções de intensidade, a forma impessoal, os advérbios modais e a colocação em relevo;
c) os marcadores discursivos, que podem tanto ultrapassar o quadro da proposição quanto indicar convenções do emprego da língua.

Em outro trabalho mais amplo, Saint Pierre (1992), conjugando as abordagens filosófica, lingüística, pragmática, enunciativa e psicológica, acrescenta uma quarta classe, a dos modalizadores metadiscursivos, ou seja, as ligações contextuais tecidas entre os marcadores de modalização (acordo, desacordo, iteração, justificativa, etc.).

Tolonen (1992), ao descrever os modalizadores epistêmicos do discurso científico, propõe uma classificação tripartida, que se aproxima da classificação proposta por Saint-Pierre:

1) elementos verbais de modalidade (verbos modais, modos e verbos independentes que expressam a modalidade);
2) elementos lexicais de modalidade (nomes modalizados, adjetivos cujas formas expressam comparação, e advérbios);
3) outros marcadores de modalidade (elípticos, pronomes, primeira pessoa, voz passiva e estrutura discursiva).

Os elementos descritos nas propostas de Saint-Pierre e Tolonen são basicamente os mesmos, mas esta última classificação destaca os elementos verbais dos lexicais.

A relação entre as formas de expressão e os significados modais

Os modalizadores se caracterizam, nas diversas línguas, por uma grande diversidade de formas, de sentidos e de empregos, sem que haja relações unívocas entre essas três dimensões. Por exemplo, a probabilidade, nos seus diferentes graus, pode ser expressa em português por formas muito diferentes:

- *É **provável** que a imaginação me tenha iludido.* (ML)
- ***Parece** que a imaginação me iludiu.*
- *A imaginação **parece** ter-me iludido.*
- *A imaginação **deve** ter-me iludido.*
- *A imaginação **pode** ter-me iludido.*
- *A imaginação me **terá** iludido.*
- ***Provavelmente** a imaginação me iludiu.*
- *Eu **acho** que a imaginação me iludiu.*

Roulet – seguindo Bally (1942)[22] – começa por distinguir, de um lado, os modalizadores explícitos, que trazem um traço explícito do enunciador, como em

- *Acho que ela vai atrasar minha pesquisa* (ACM)
- *Penso que ela vai atrasar minha pesquisa.*
- *Parece-me que vai atrasar minha pesquisa.*

e, de outro, os modalizadores implícitos, desprovidos de tal traço, como em

- *Ela **deve** atrasar minha pesquisa.*
- ***Parece** que ela vai atrasar a minha pesquisa.*
- ***Talvez** ela vá atrasar minha pesquisa.*

O autor também mostra a distinção entre os modalizadores "extraídos", claramente distintos do *dictum*, como em

- ***Parece**-me que a vida teria músculos e sossego.* (MPB)
- ***É provável** que a vida tenha músculos e sossego.*

e os modalizadores integrados no *dictum*, como em

- *A vida me **parece** ter músculos e sossego.*
- *A vida **provavelmente** tem músculos e sossego.*

As duas classificações se entrecruzam, como mostra o quadro a seguir.

MODALIZADOR	EXPLÍCITO	IMPLÍCITO
EXTRAÍDO	*acho que* *quero que* *parece-me que* *estou feliz que*	*parece que* *é necessário que* *é provável que* *é bom que* *talvez*
INTEGRADO	*parece-me que* *creio sonhar*	*ele parece dormir* *ele deve ter voltado* *provavelmente ele dormiu* *devo estar enganado*

Geralmente as formas extraídas e as integradas formam pares sinônimos:

- ***Parece** que a situação dele não é boa não.* (AF) [extraído implícito]
- ***Aparentemente** a situação dele não é boa não.* [integrado implícito]
- ***É provável** que venha das montanhas.* (ML) [extraído implícito]
- ***Provavelmente** vem das montanhas.* [integrado implícito]

Entretanto, observa-se uma diferença semântica importante entre os adjetivos e os advérbios freqüentemente ditos **avaliativos**, como se vê no par

- *É **maravilhoso** que o mundo tenha cessado de ver a África do Sul pelos olhos do racismo.* (FSP)
- *O mundo **cessou de ver** a África do Sul pelos olhos do racismo **maravilhosamente**.*

que tem, na primeira das frases, um "cessar de ver" pressuposto, ao contrário da segunda, em que o "cessar de ver" é um 'posto', isto é, constitui uma asserção no enunciado.

Roulet (1979) observa que os lexemas modais são modais potencialmente, isto é, sob certas condições de emprego. Em particular, os verbos que exprimem modalidade explícita só o fazem com um pronome sujeito (ou objeto indireto, para os impessoais) e com um tempo que envie para o enunciador. Há, pois, uma grande diferença entre

- ***Eu acho** que é na política que o poder da mulher vale mais.* (VEJ)

e

- ***Ele acha** que é na política que o poder da mulher vale mais.*

ou

- *Naquela época **eu achava** que era na política que o poder da mulher valia mais.*

O primeiro é um emprego modal, o segundo (com sujeito de terceira pessoa) e o terceiro (no passado), não. O mesmo ocorre na série apresentada a seguir, na qual o primeiro enunciado é modal, mas não os outros dois:

- ***Quero** que você não me perturbe.* (DO)
- *Ele **querem** que você não os perturbe.*
- *Eu **quis** durante muito tempo que você não me perturbasse mais.*

Além disso, aponta Roulet, verbos como *dever* e *poder*, em seus empregos ditos **deônticos**, não são efetivamente empregados como modais se a obrigação ou a permissão for criada pela própria palavra do enunciador (isto é, nos atos ilocutórios de pedido, solicitação ou permissão). Eles não são necessariamente modais quando o enunciador simplesmente enuncia a existência de uma obrigação ou de uma permissão que não tem o ato de enunciação como fonte. Veja-se a possibilidade de mais de uma interpretação[23] de

- *Vocês não **devem** ter medo.* (CCI),

que tanto pode significar "provavelmente vocês não têm medo" quanto "vocês não precisam ter medo", e cujo sentido geralmente – mas nem sempre – se resolve no contexto. O contexto próximo é

- (Com desprezo) *Medo. Empurrem.* (Depois) *Vocês não **devem** ter medo. Isso não **podemos** ter, se não ficamos fracos. Vamos assustá-los, compreendem?* (CCI)

Numa diferenciação mais sutil, veja-se, ainda, uma possibilidade de dupla interpretação como a de

- ***Pode** haver novidade.* (ARR),

que, mesmo no contexto, tanto pode significar "não está excluído que / eu não tomo posição", como "acho que é possível que":

- *Eu vou para o acampamento. **Pode** haver novidade. Daqui a pouco é hora do almoço.* (ARR)

Modos de expressão e graus da modalidade no eixo do conhecimento (epistêmicos)

A avaliação epistêmica se situa em algum ponto do *continuum* que, a partir de um limite preciso, onde se encontra o (absolutamente) certo, se estende pelos indefinidos graus do possível:

- ***É possível** que a história se repita.* (VIS)

As frases apresentadas a seguir ilustram algumas das inúmeras possibilidades que a língua oferece para graduar a relativização do possível dentro do *continuum* da avaliação epistêmica (graus de certeza):

- ***É absolutamente possível** que a história se repita.*
- ***É indiscutivelmente possível** que a história se repita.*
- ***É bem possível** que a história se repita.*
- ***É possível** que a história se repita.*
- ***Seria possível** que a história se repetisse.*
- ***É pouco possível** que a história se repita.*
- ***Seria pouco possível** que a história se repetisse.*
- ***É muito pouco possível** que a história se repita.*
- ***Seria muito pouco possível** que a história se repetisse.*
- ***É quase impossível** que a história se repita.*
- ***Seria quase impossível** que a história se repetisse.*

No extremo da certeza há um enunciador que avalia como verdadeiro o conteúdo de seu enunciado, apresentando-o como uma asseveração (afirmação ou negação), sem espaço para dúvida e sem relativização:

- *Tratava-se **exatamente** do fóssil completo do arqueoptérix, um bicho empúmado, de 35 centímetros de comprimento.* (SU)

Por outro lado, muitos enunciados oferecem um discurso com marcas do possível, e, no entanto contêm elementos lexicais que, em princípio, confirmam certeza

ao enunciado. Tais enunciados possuem elementos que implicam desconhecimento, ao lado de outros que implicam conhecimento por parte do falante:

- *Foi apresentado um projeto de resolução, que não é um projeto de afogadilho, é um estudo sério, minucioso, que **evidentemente poderá** e, **acredito** mais, **deverá** receber emendas.* (CPO)

- *NA **verdade, seria exatamente** dessa descida das polcas dos pianos dos salões para a música dos choros, à base de flauta, violão e oficlide, que ia nascer a novidade do maxixe.* (PHM)

Nos enunciados em primeira pessoa, o locutor legitima espaço para registrar sua opinião – ao situar seu enunciado no campo graduável do possível –, e, confessando suas dúvidas e incertezas, ganhar em credibilidade:

- ***Acho** que **deve** ser inclusive o lema não somente deste encontro, mas que devemos transformá-lo numa idéia nacional.* (FOR-O)
- *EU **acho meio** frescura de vocês fingirem que não sabiam.* (SL)

A expressão da não-certeza propicia também o escamoteamento da fonte do conhecimento, ou da falta de conhecimento do falante:

- *Tenho a **impressão** de que, enquanto você não mudar inteiramente, não se libertar dessa vocação para o mal – como você me envergonhou no tempo em que pintou aqueles murais obscenos de Herculanum! – tenho a **impressão** de que, enquanto não conseguir quebrar a sua dura cerviz, não estarei inteiramente redimido diante de Deus.* (BH)

O jogo da modalização epistêmica, independentemente de o enunciado situar-se ou não no eixo dos participantes do evento, manifesta

a) no extremo da certeza, precisão:
   - *Por causa dela vim hoje aqui, disse Bárbara, ou, **mais exatamente**, por causa da estátua do namorado dela, tal de Narciso.* (CON)
   - *Deixasse com ele, que arranjaria o caso, não tivesse dúvidas. **Realmente** arranjou, defendendo de noite, com desabitual veemência, a idéia do irmão.* (MRF)

b) no campo da não-certeza, imprecisão:
   - *Você só pensava em homem, Solange, e você não tinha, **praticamente** não tem, nunca teve (ou **será** que, agora, um pouco?) coragem, iniciativa.* (CON)
   - *Porque **certamente** não o fizeram sem culpa – e culpa gera melancolia.* (SAT)

Ao considerar a fonte do conhecimento, o falante

c) apóia a certeza, a precisão, na evidência (absolutização, garantida pelo conhecimento):

• *Agora, existem exemplos de ação, onde o que se procura é uma mudança de mais longo prazo, e aí, **evidentemente**, é o da retomada, em novos moldes, do tema do desenvolvimento.* (II-O)

• *Quando falarmos na organização do turismo interno como última fase de superação desse estágio, para atingirmos a total capacidade de explorar o turismo externo, **evidentemente** devemos arrolar as fontes de captação de excelente rede hoteleira.* (LS-O)

d) apóia a não-certeza, a imprecisão, na aparência (relativização, justificada pelo não-conhecimento, ou desconhecimento):
   • ***Me parece** que meu pronunciamento foi muito oportuno.* (FSP)
   • ***Parece, não lembro bem**, que se chamava o Doutor Luís Alves.* (CF)

Modos de expressão da modalidade no eixo da conduta (deônticos)

A obrigação tem sido classificada em dois tipos principais:

a) obrigação moral, interna, ditada pela consciência, como em
   • ***Temos que** admitir que esta não é a realidade do artista brasileiro.* (FSP)

b) obrigação material, externa, ditada por imposição de circunstâncias externas, como em
   • *A oposição diz que num governo político como o de FHC vai **ser necessário** um representante político para a Bolsa.* (FSP)
   • *Aqueles que recebem ajuda da associação **têm por obrigação** plantar uma árvore.* (FOC)

Na obrigação interna, o componente de modalização tem base numa necessidade alética, mas o predicado envolve o traço [+controle], permitindo que se opere a modalização deôntica do enunciado:

• *Você **tem que** ter cuidado ou cai do burro.* (DO)

Uma obrigação interna negativa que envolva o traço [+controle] equivale, num ato diretivo (que envolve um sujeito de segunda pessoa), a uma proibição:

• *O senhor **não pode** fazer isso. **Não pode** dar a menor demonstração.* (MMM)

A obrigação pode expressar-se com auxílio de diferentes verbos modais, o que está implicado no fato de que esses verbos tendem a apresentar significados que se interseccionam, sendo, em alguns casos, mais, ou menos, intercambiáveis em determinados sentidos:

• *Uma classificação racional dos fatores ecológicos **deve** levar em conta principalmente as particularidades das reações dos seres submetidos a esses fatores.* (ECG)

• *O rei Hussein **precisa** optar entre dar abrigo ao Hamas e abrigar a paz com Israel.* (FSP)

A modalização deôntica é propícia à coocorrência de mais de uma marca modal, por exemplo, um verbo modal e um advérbio modalizador:

• *Se toda uma cidade busca esses mesmos criminosos, por outros ações cometidas, isso **tem que necessariamente** ficar em segundo plano.* (FSP)
• *O candidato à bolsa de estudos **precisa necessariamente** estar desenvolvendo uma tese que tenha relação com o Canadá.* (FSP)

Quando a modalidade deôntica coocorre com a epistêmica, elas não têm o mesmo âmbito de incidência, mesmo que estejam ambas alojadas numa mesma camada da constituição do enunciado (por exemplo, na predicação):[24] a expressão da modalidade epistêmica pode afetar a expressão modal deôntica, enquanto a relação inversa é impossível:

• *É **possível** que eu **tenha de** fazer uma viagem.* (JM)
  *É obrigatório / permitido que seja possível eu fazer uma viagem.

A polissemia dos verbos modais[25]

Um dos temas tradicionalmente tratados no estudo da modalização dos enunciados é a polissemia dos verbos modais nas diversas línguas. Negligenciada nas gramáticas pedagógicas do português e bastante estudada em gramáticas de outras línguas, como o inglês e o alemão, a questão vem sendo geralmente conduzida, entretanto, no sentido simplesmente de buscar paráfrases semânticas, com recurso aos contextos de ocorrência, na resolução dos sentidos.

Assim, propostas tradicionais se referem à interpretação de cada modal, se não em potenciais significados lexicais, apenas em contextos particulares, ficando desconsiderada uma explicitação de fatores intervenientes na composição dos possíveis significados contextuais. Mais do que a determinação de significados individuais de verbos modais, na verdade, cabe às investigações explicitar todo o complexo que envolve a modalização dos enunciados efetuada por verbos, complexo que engloba a sintaticização da sentença, a ambiência do contexto extra-sentencial e o impacto do contexto de elocução.

Nesse intrincado terreno, salta logo ao analista da língua a dificuldade de dar conta do significado de modais, por mais que se assuma uma base lexicogramatical, base que parte do léxico mas que se resolve somente na contração de relações, portanto no enunciado.

O tratamento lógico da diversidade de interpretação dos verbos modais

Já está em Aristóteles, nas *Refutações sofísticas* (*Perì tôn sophistikôn elenchôn*), uma indicação clara de que os verbos modais se prestam a uma diversidade de interpretações. Entre as seis fontes das falácias de base lingüística que Aristóteles aponta como as que são utilizadas pelos sofistas na sua argumentação, duas se relacionam com verbos como *poder* (*dýnamai*): a composição (*sýnthesis*) e a divisão (*diaíresis*). Interpretada pela 'composição', uma seqüência modalizada por verbo, como, por exemplo,

- *Uma pessoa sentada* ***pode*** *andar.*[26]

significa "é possível que uma pessoa esteja sentada e andando ao mesmo tempo". Interpretada pela 'divisão', essa seqüência significa "uma pessoa sentada tem a possibilidade (=capacidade) de andar".

Segundo Kneale (1962, apud Rivero, 1975, p. 412), que é um historiador da lógica, esse parágrafo das *Refutações sofísticas* poderia indicar que Aristóteles já punha sob consideração um problema que viria a ser de grande interesse na Idade Média, que é a dupla função da modalidade:

a) O elemento modal pode ser considerado como predicado de toda uma proposição,[27] isto é, pode ser uma predicação de segunda ordem, ou seja, aquela que toma outra proposição como sujeito. Essa primeira interpretação considera o verbo modal no seu sentido de 'composição', e, na frase que acaba de ser apresentada, conduz à falsa conclusão de que é possível que uma pessoa caminhe estando sentada.
b) O elemento modal pode ser considerado como modificador de uma parte da proposição, apenas um de seus constituintes. Essa segunda interpretação toma o verbo modal no seu sentido de 'divisão', e, na frase apresentada, leva à conclusão de que uma pessoa não pode estar sentada e andar ao mesmo tempo, mas, estando sentada, pode estar habilitada a andar.

Este último significado (o de divisão) corresponde, de certo modo, ao dos verbos de modalidade de raiz, a obrigação (para *dever*) e a capacidade (para *poder*). Na contraparte, a modalidade epistêmica se ligaria à modificação de toda a proposição, ou seja, ao primeiro significado.

Essas ligações, entretanto, têm de ser avaliadas com cuidado (Neves, 1996a), e especialmente porque a própria interpretação oferecida para a teoria aristotélica não é pacífica. Por outro lado, ainda, não se pode esquecer que a construção examinada por Aristóteles tem um caráter particular: é uma construção grega unipessoal com sujeito oracional infinitivo, e para a qual, ainda, se tem de prover uma interpretação do tipo pessoal.

A natureza multissignificativa dos modais é tratada também na filosofia medieval, não apenas por retomada dos estudos aristotélicos, mas ainda por proposições particulares

dos lógicos escolásticos. Reconhece-se mais uma vez o polissemantismo dos elementos modais, independentemente da categoria lingüística que os expresse. A tradicional proposta da dicotomia *de re* / *de dicto* para a necessidade é explicitamente ligada, por Santo Agostinho, aos sentidos aristotélicos de divisão e de composição, respectivamente:

a) na relação entre *modus* e *res*, a modalidade é atribuída a um dos constituintes da oração subordinada (*sensu diuiso*), não à sua totalidade –, é a 'divisão';
b) na relação entre *modus* e *dictum*, a modalidade é atribuída a toda a proposição (*sensu composito*) –, é a 'composição'.[28]

Essa tradição lógica de dicotomização das modalidades, que desembocou na oposição entre modalidade de raiz e modalidade epistêmica, pode ter sua trajetória assim resumida:

de raiz	⇦ *de re*	⇦ *diuisa* (modificação parcial, ou seja, de um constituinte)	relação entre um sujeito modal e um verbo pessoal
epistêmica	⇦ *de dicto*	⇦ *composita* (modificação proposicional, ou seja, do *dictum* completo)	relação entre a modalidade e um sujeito que é a oração

A diversidade de interpretação dos enunciados modalizados nas línguas naturais

De modo geral, os significados que podem ser atribuídos às modalizações são basicamente três,[29] já que ao significado epistêmico (impessoal) devem ser acrescidos dois significados abrangidos pela modalidade de raiz (pessoal):[30]

Poder	significado de raiz, ou pessoal	capacidade ou habilidade permissão
	significado epistêmico, ou impessoal	simples possibilidade
Dever	significado de raiz, ou pessoal	obrigação ordem
	significado epistêmico, ou impessoal	simples necessidade

Uma primeira tomada de posição na resolução da polissemia de contextos modalizados pode ser representada pela investigação da semântica de modais individuais, e esse tem sido um caminho bastante seguido. Entretanto, partindo-se do princípio de que um enunciado explicitamente modalizado tem uma estrutura do tipo M(p), isto é, tem uma proposição no âmbito de incidência de um modalizador, facilmente se verifica a existência de uma relação necessária entre a proposição encaixada no âmbito do modal e a situação que ela representa numa dada instância de elocução, de onde o papel que ela representa na própria interpretação do elemento que a modaliza.

É freqüente nos estudos lingüísticos sobre modalização o tratamento da questão da ambigüidade entre significados epistêmicos e significados de raiz, e, dentre estes, especificamente, os deônticos. Essa ambigüidade é reconhecida em línguas não aparentadas, especialmente em ligação com os verbos modais, que são em número reduzido, com particularidades morfossintáticas em algumas línguas – como, por exemplo, o inglês, em que esses verbos não têm infinitivo – mas não em outras línguas, como, por exemplo, o português.

Chamando a atenção para o interessante fato de que, nas diversas línguas, as mesmas formas verbais podem ser usadas para os dois grandes tipos de modalidade tradicionalmente postulados, Bybee e Fleischman (1995) indicam a necessidade de recurso ao contexto para estabelecimento do significado. Wald (1993) também lembra o fato de que os verbos modais aparentemente ocorrem em todas as línguas, e que sempre constituem formas com uso tanto epistêmico como deôntico. Chega a dizer que diversos verbos modais se caracterizam semanticamente como neutros para a distinção entre epistêmico e deôntico.

Sweetser (1990b) considera que não é plausível o modo tradicional de tratar os significados modais de raiz como predicados lexicais que envolvem força ou obrigação, e os significados epistêmicos como combinações de operadores lógicos. A partir daí, afirma que é insuficiente dizer, simplesmente, que há proximidade semântica entre significados modais de raiz e significados modais epistêmicos. O argumento é que, se os dois conjuntos de significados são altamente distintos, e objetivamente têm pouco em comum, é necessária uma análise das modalidades de raiz e epistêmica que de algum modo torne natural a evidente relação semântica que entre elas se observa nas diversas línguas, já que a polissemia observada para os valores de raiz e epistêmicos é linguisticamente inter-relacionada com outros padrões de polissemia. A maior dificuldade apontada para o tratamento das modalidades de maneira unificada é, com efeito, o fato de que a análise semântica dos modais de raiz não se encaixa nos *significados* de necessidade e de probabilidade lógica.

Klinge (1996) afirma que todos os modais ingleses e dinamarqueses são encontrados com ao menos um significado epistêmico e um significado não-epistêmico, *e que, em outras palavras,* há uma ambigüidade sistemática em todas as construções com verbos modais. Entretanto, para ele, atribuir aos próprios verbos modais a responsabilidade pela expressão dos diferentes tipos e graus de modalidade distinguidos, como se tem feito tradicionalmente, é errôneo, e representa negligenciar o papel representado pelo contexto. Assim, a oposição entre epistêmico e não-epistêmico não reside propriamente nos modais, devendo ser descrita como resultado de contextualização. O contexto é entendido como o conjunto de hipóteses de que dispõe um destinatário e que ele utiliza para interpretar uma elocução. Um contexto é uma elocução específica. Constitui subparte do contexto o significado codificado no conteúdo proposicional da sentença, conteúdo que é distinto do modal, mas que está no âmbito de incidência dele. O conteúdo proposicional de uma sentença, continua Klinge, é independente de uma dada elocução, mas na elocução ele libera algumas das hipóteses utilizadas pelo destinatário para compor o sentido do enunciado, de onde se segue que o conteúdo proposicional de uma sentença tem um importante papel no significado interpretado.

Observem-se os enunciados

- ***Pode*** *sair, vai ver o casamento da sua prima!* (UNM)
- *E ele, como* ***pode*** *se prestar a uma pantomima daquelas!* (A)
- *À noite a lua vem da Ásia, mas* ***pode*** *não vir, o que demonstra que nem tudo neste mundo é perfeito.* (AL)
- *Ela não* ***pode*** *morrer no desespero em que está.* (A)

Para cada um desses enunciados se pode indicar um diferente significado modal: permissão, possibilidade deôntica, possibilidade epistêmica e volição, respectivamente. Não se pode, entretanto, atribuir ao verbo modal a responsabilidade da distinção, já que ele é o mesmo em todos os casos (*pode*).

E nos enunciados seguintes

- *Agora você* ***pode ir*** *embora, escravo.* (LC)
- *Chama-se Luzia. É limpa, boazinha, não tem perigo. O senhor* ***pode ir*** *sossegado com ela.* (ID)
- *O simbolismo das zonas* ***pode ir*** *mais adiante, porém é necessário que se tenha maior cautela..* (GFO)
- *Caio – disse ele me apontando – bem que* ***pode ir****. É o menos marcado. Não está comprometido com nada.* (DE),

nos quais se observam os mesmos diferentes efeitos modais dos quatro enunciados anteriores (permissão, possibilidade deôntica, possibilidade epistêmica e volição, respectivamente), além de haver o mesmo verbo modal (*pode*), ainda ocorre o mesmo predicado modalizado (*ir*), o que mostra que não está simplesmente nesses elementos, nem nesse sintagma restrito, a fonte da diferença de significado.

Obviamente, a leitura pode ser apenas probabilística, isto é, pode-se falar em "leitura preferida" (Klinge, 1996, p. 39). Assim, num enunciado como

- *Esse delegado **pode** ir abusar com mulher da vida e cachaceiro, na Vargem da Cruz, mas comigo é diferente.* (MMM)

um interpretante poderia optar por uma leitura de raiz ("ele tem capacidade de / licenciamento para") ou por uma leitura epistêmica ("é possível que / é provável que"), pois o contexto intra-sentencial apenas fornece pistas para a interpretação, mas não fornece a interpretação toda. E, mesmo sendo considerado o contexto maior, pode ocorrer de ser apropriado falar em uma "leitura preferida":

- *Abri a porta e saí no alpendre: – Vocemecê pode ir embora com os seus soldados e o seu papel. Esse delegado **pode** ir abusar com mulher da vida e cachaceiro, na Vargem da Cruz, mas comigo é diferente. Aqui eu estou na minha casa. Este sítio é meu, foi o que meu pai sempre me disse. Se os ladrões dos meus primos querem tomar o que é meu, que venham, com delegado e tudo. Eu enfrento. Da minha casa só saio à força e amarrada.* (MMM)

Silva-Corvalán (1995), examinando os fatores que determinam as diferentes interpretações dos verbos modais do espanhol *poder* e *deber* em diferentes contextos, discute a adequação do tratamento monossemântico na análise da semântica desses verbos. Sua proposta é que os verbos modais possuem um significado invariante, mas que, na sua interpretação, comunicam significados contextuais diferentes, como conseqüência de sua interação com outros elementos no contexto, tais como, por exemplo, a animacidade dos sintagmas nominais, o aspecto, o tempo. A análise sugere que o tratamento monossemântico é mais apropriado para o espanhol em pelo menos dois pontos:

a) Os diferentes significados propostos (por exemplo, habilidade, possibilidade, permissão, polidez) são vistos como uma função da interação entre o modal e outros elementos (lingüísticos e extralingüísticos) no discurso.
b) Uma perspectiva monossemântica que admite a possibilidade de sinonímia no contexto pode responder pela escolha de uma expressão sinonímica em vez de outra, com fundamento em seus diferentes significados básicos. Os significados invariantes propostos para os verbos do espanhol *poder* e *deber*, por exemplo, justificam a escolha de um modal, e não de outro, em um enunciado particular em que ambos podem ser interpretados para comunicar possibilidade epistêmica. Por outro lado, enquanto a análise de dados permite argumentar contra uma abordagem polissemântica para o significado dos modais, seus contextos de ocorrência mostram-se polissêmicos, isto é, às vezes mais de uma interpretação do significado de um dado enunciado modalizado é possível. Desse modo, é vaga, em alguns casos, a inclusão de um contexto específico (definido pela combinação de certas características, por exemplo, animacidade e agentividade dos termos) em um ou outro conjunto de contextos associados com a inferência de diferentes mensagens (por exemplo, possibilidade e permissão).

Com respeito a *poder* e *deber*, Silva-Corvalán (1995) propõe que os significados invariantes desses verbos respondem pelo uso de um modal em vez de um predicado não-modalizado, ou pela escolha de um modal e não de outro, em contextos discursivos particulares. Nesses contextos, os verbos modais interagem com outros elementos lingüísticos e extralingüísticos que contribuem para produzir significados sentenciais múltiplos e/ou discursivos compatíveis com a sua semântica. Fica sugerida, então, a existência de três componentes significativos ou tipos de significados na língua, que não são específicos para modais, mas caracterizam todos os elementos lingüísticos:

1) significado descontextualizado, sistêmico, invariante;
2) significado contextualizado;
3) significado discursivo prototípico.

O significado invariante é o que forma a base, ou seja, está presente em todos os usos de um modal. O significado contextualizado, derivado da ação que exercem sobre o verbo modal fatores morfossintáticos, semânticos, prosódicos e pragmáticos atuantes em seus contextos de uso, constitui a mensagem que o modal comunica, ou o analista infere que o modal comunica, num contexto específico. Os significados invariantes e os significados contextualizados correspondem em parte ao que Bosh (1985, apud Silva-Corvalán, 1997) chama respectivamente "significado lexical contextual independente" e "noções contextuais dependentes do contexto". As noções contextuais são em princípio infinitas e únicas para cada contexto novo. O significado prototípico discursivo refere-se às mensagens mais freqüentes que o modal comunica num discurso da língua. Ele tende a corresponder ao significado que a maioria dos usuários da língua (e às vezes até lingüistas) determinam para uma forma, mensagens inferidas que, por muito freqüentes, são consideradas pelos falantes como parte do significado da forma.

Nessa proposta, porém, falar simplesmente em "significado contextualizado", ou mesmo em "significado prototípico", constitui uma resolução um tanto vaga, já que a própria noção de contexto é, em si, vaga. Assim, num enunciado como

- *Mas de uma coisa você **deve** ter certeza, antes de tomá-la, de pô-la em execução.* (A)

o contexto considerado nos limites da frase é suficiente para uma interpretação deôntica, mas essa interpretação não fica decidida apenas dentro dos limites da proposição nuclear (que é: *mas de uma coisa você **deve** ter certeza*). Pelo contrário, a interpretação não se resolve até que se expresse o satélite temporal (que é: *antes de tomá-la, de pô-la em execução*).

Por outro lado, num enunciado como

- *Ela **deve** chegar já.* (OE)

a contextualização do modal no âmbito da frase completa não impede que se possam obter pelo menos três interpretações:

a) probabilidade (possibilidade epistêmica): "é provável que ela chegue já" / "provavelmente ela chegará já";
b) obrigação interna (necessidade deôntica): "é necessário que ela chegue já" / "ela precisa chegar já";
c) obrigação externa (necessidade deôntica): "é obrigatório que ela chegue já" / "ela tem obrigação de chegar já".

É um contexto maior do que a frase que vai mostrar que o significado expresso na ocorrência documentada é o de probabilidade (epistêmico):

- *Ela **deve** chegar já. São sete horas? Ela me disse que não tardaria. O quarto dela vai ser o da frente, junto de vocês. Estou explicando – disse dirigindo-se ao filho –que vamos ter uma nova hóspede.* (OE)

O mesmo ocorre neste enunciado negativo:[31]

- *Homem branco, caraíba, não **deve** fazer isso perto de vocês...* (ARR)

Se isolada, essa frase é duplamente ambígua, podendo ser interpretada como:

a) modalização epistêmica (probabilidade), com o significado de "provavelmente ele não está fazendo/não fará isso";
b) modalização deôntica (obrigação), e, nesse caso, com dois significados possíveis:
b1) "é-lhe proibido fazer isso" / "ele está proibido de fazer isso";
b2) "é necessário ele não fazer isso" / "ele tem obrigação de não fazer isso".

Nem um contexto próximo resolve:

- *– (...) Respire só um pouco, se não eu choro mesmo. Homem branco, caraíba, não **deve** fazer isso perto de vocês... Por favor Avinarrai, não fique assim...* (ARR)

Só um contexto bem mais amplo permite uma interpretação unívoca, que é a de "necessidade deôntica / obrigação":

- *– (...) Respire só um pouco, se não eu choro mesmo. Homem branco, caraíba, não **deve** fazer isso perto de vocês... Por favor Avinarrai, não fique assim...*

  Sua voz tornou-se mais rouca:

  – Espere Cláudio chegar...

  Calou-se e baixou a cabeça sobre os ombros. O pescoço perdera a força; não suportava sua tristeza. As mãos ficaram paradas sobre o peito magro.

Não sentia mais os joelhos sobre a terra. Nem cansaço, nem nada. Não sabia o que pedir ou fazer mais.
Não choraria porque era feio um branco chorar diante de tanto índio. Mas também não falaria mais porque não controlaria mais o peito e poderia chorar... Sentiu um pequeno movimento sob seus dedos. Não tinha coragem de erguer os olhos porque temia enganar-se, pensando que a esperança ou a ilusão faziam com que sentisse o respirar de Avinarrai. Mas o ritmo da vida recomeçava mesmo, lento, fraco, no corpo débil do índio. (...) (ARR)

Entretanto, considerar, simplesmente, o contexto lingüístico, por mais amplo que ele seja, implica minimizar, ou mesmo descartar, as relações intersubjetivas, em particular a modulação das funções ilocutórias, bastante visível em construções com verbos modais. Assim, em enunciados como

- *– Por gentileza, será que o senhor **pode** me mandar uma empregada?* (DEL)
- *– Quem sabe você **poderia** dar uma noticiazinha no seu jornal, hein?* (LC)
- *– Eu **posso** explicar.*
  – Então explique. (ANB)

é necessário considerar que o modal *poder* não faz simplesmente a expressão de possibilidade (seja epistêmica, seja de raiz) nem indica simplesmente uma atitude do falante (modulando, nos dois primeiros casos, uma pergunta, e, no terceiro, uma asseveração), mas obtém indicar um ato ilocutório:

a) um pedido, nos dois primeiros casos: o falante pede o envio de uma empregada, na primeira frase, e a publicação de uma notícia, na segunda;
b) uma oferta, no terceiro caso: o falante oferece explicar-se, oferta que é aceita em seguida pelo interlocutor.

Ocorre, pois, que o lexema modal ultrapassa o significado do enunciado, considerado isoladamente, para tocar a função ilocutória do ato de linguagem na interação verbal. Como aponta Roulet (1993, p. 33), para explicar casos como esses geralmente se admite, com Brown e Levinson (1978), que todos os atos de linguagem são potencialmente ameaçadores para as faces dos interlocutores, e que isso conduziu, em cada língua, a um desenvolvimento progressivo de processos de figuração, que visam precisamente a atenuar essa ameaça potencial, indicando a função ilocutória do ato de uma maneira mais implícita, e, então, menos restritiva para os interlocutores.

Obviamente, isso não impede que o ato executado venha expresso, como ocorre neste enunciado em que se faz uma "promessa" e se usa o verbo performativo correspondente:

- *Vou ver o que eu **posso** fazer – **prometeu** ele.* (FE)

Roulet também lembra Searle (1975), que mostrou que as formas implícitas mais comuns geralmente fazem alusão a uma das condições de realização do ato a que

se visa, e, por isso, a realização sincera de um oferecimento pressupõe pelo menos as três seguintes condições: a) o oferecimento relaciona-se com um ato futuro do locutor; b) o falante se julga capaz de executar esse ato; c) ele pensa que o interlocutor deseja que ele cumpra esse ato.

Para evitar a forma constrangedora do performativo explícito *eu lhe ofereço* – diz Roulet – o falante pode executar implicitamente um ato de oferecimento assegurando uma das condições que lhe estão afetas: usa uma asserção completada eventualmente por uma oração hipotética referente à condição que diz respeito ao interlocutor. É o que se vê no enunciado

- *Depois, se você quiser, **eu posso** ir falar com o velho Onofre.* (ALE)
  (*Eu falarei com o velho Onofre* [*se você quiser*].)

Uma observação interessante é que enunciados como esses podem reduzir-se à expressão da condicionalidade, mantendo o estatuto de ato de oferecimento:

- ***Se você quiser**, hoje, à noite...* (MPB)[32]

Outros expedientes estão disponíveis para o enunciador fazer o oferecimento, por exemplo interrogar diretamente quanto a um ato que caberia ao locutor. Assim, o enunciado

- – *Depois, se você quiser **eu posso** ir falar com o velho Onofre.* (ALE)

pode reduzir-se a

- – *Você **quer** que eu fale com o velho Onofre?*

que é do mesmo tipo de perguntas como:

- – ***Quer** que eu vá conversar com ele?* (AGO)
- – ***Quer** que eu desligue a vitrola?* (AGO)

Um ato de oferecimento também pode ser executado implicitamente assegurando-se não o ato em si, mas uma das condições que lhe estão afetas:

- – *Se você quiser **posso** até tapar os ouvidos e ler em voz alta sem escutar.* (ANA)

Esses são empregos de modalizadores que se apresentam com numerosas possibilidades de combinações e com ampla gama de efeitos, e que não podem ser desconhecidos nas análises. Uma das questões, por exemplo, é que o cumprimento de atos ilocutórios diferentes daquele que o enunciado, visto isoladamente, sugeriria independe da polissemia dos verbos modais. Assim, uma frase como

- – *E você **pode** tirá-lo?* (CH),

que não é semanticamente ambígua (podendo-se facilmente entender um significado de capacitação, habilitação), no entanto, pode estar sendo utilizada para executar pelo menos dois atos ilocutórios diferentes:

a) simplesmente uma pergunta, ou seja, um pedido de informação (como indicado explicitamente pelo ponto de interrogação);
b) um pedido, uma solicitação.

Vista essa frase no contexto real, verifica-se que existe, realmente, uma pergunta (que, aliás, é respondida), mas que a força ilocucionária é de um pedido:

- *(...) Ergue a mão e toma entre os dedos o meu colar. Minha reação é instintiva.*
  – Solte isso! Não é enfeite. É conta de candomblé preparada. Ninguém pode pegar.
  – Não tive intenção de profanar seu colar.
  Fui grosseira. Podia ter agido com mais tato. Pela maneira como tratou-me, não merecia isso como retribuição. Mudo o tom de voz e explico que só própria a pessoa pode tocar nas contas, e que a mim nada aconteceria, mas não seria bom para ele. Seu rosto se descontrai. Ele sorri ao perguntar:
  – Foi só isso?
  – Não queria causar-lhe mal, depois que você me deu este dia de mar.
  – E você pode tirá-lo?
  ***– Posso**. (CH)*
  Mas não faço qualquer movimento. Ele não se perturba. Segura com todo cuidado a alça do bustier que desamarrei do pescoço e, com ela, devagar empurra o colar para trás. Não me movi durante toda a operação. Quero ver o que pretende. Seja lá o que for, ele o fará, a menos que eu impeça. (CH)

Do mesmo modo, no enunciado transcrito a seguir, uma interrogação do mesmo tipo (sobre capacitação para execução de um ato) também cumpre a função de solicitar que se execute esse ato, mas, diferentemente, trata-se de um ato de fala:

- Peter Bogdanovich – ***Você pode falar sobre ele (Mankiewicz)?***
  Orson Welles – *Eu gostaria muito. Eu gostava muito dele. As pessoas também. Ele era muito admirado, você sabe.*
  Pb– *Exceto na parte que ele teve em escrever o enredo. .. Bem, eu li a respeito dos créditos. ..*
  Ow – *Oh, os créditos que vão para o inferno; uma porção de maus escritores tem diretores maravilhosos.*
  Pb – ***Você** PODE **explicar isso?***
  Ow – *Sorte. Os maus escritores de sorte tiveram bons diretores que sabiam escrever.* (REA)

O uso da modalização na complementação de funções ilocutórias inclui o propósito de atenuação daquela "ameaça potencial que todo ato de linguagem representa

para a face dos interlocutores" a que se refere Roulet (1993, p. 33), aqui já referida. Na ocorrência apresentada a seguir, o verbo de elocução (*perguntar*) é modalizado pelo futuro do pretérito do verbo *gostar*:

- *– Ouvi atentamente o aparte do nobre Deputado Jorge Arbage, mas* ***gostaria de perguntar*** *quando foi que S.Exa. teve notícia do último atentado terrorista que ocorreu em nosso País.* (MS)

Nas duas ocorrências seguintes, predicações modalizadas pelo verbo *poder* – e que marcam um ato de oferecimento, de que já se deu exemplo aqui – estão sobremodalizadas pelo imperfeito do indicativo (valendo por futuro do pretérito) e pelo advérbio *talvez*, respectivamente, havendo, ainda, no primeiro caso, o uso hipotético do verbo *querer*:

- *– Se o senhor* ***quisesse***, *a gente* ***podia dar um jeito***... *O senhor sabe, com boa vontade, tudo se arranja.* (FE)
- *– Na carreira diplomática as mulheres não podem ingressar. Por quê? –* ***Talvez*** *eu* ***possa*** *responder. – É porque os homens não querem perder mais esta parada.* (VID)

A relação existente entre as modalidades e os atos ilocutórios é reconhecida pelos estudiosos do uso de modais em geral. Récanati (1982, apud Coracini, 1991) associa diretamente três tipos frasais aos três tipos básicos de modalidade: as frases assertivas correspondem à modalidade alética, as interrogativas à epistêmica, e as imperativas à deôntica.

Coates (1983), por outro lado, estudando o emprego dos modais em inglês, concluiu que todos os modais deônticos podem aparecer em construções interrogativas, e que nesse tipo frasal os epistêmicos não são normalmente encontrados. Entretanto, embora haja restrições, é possível modalizar epistemicamente uma frase interrogativa (de qualquer tipo), como ocorre em

- *Como* ***pode*** *existir na terra tanta mentira numa só criatura?* (THG)
- *Você* ***pode*** *me explicar o que está havendo?* (ANB)

Também os diferentes tipos textuais favorecem diferentes modalidades, segundo o que se tem verificado em pesquisas. Stephany (1995) observou, para o inglês, que, num texto de caráter diretivo (texto de instruções), predomina a modalidade deôntica, enquanto em textos narrativos e argumentativos é mais freqüente a modalidade epistêmica. Blühdorn e Evangelista (1999), estudando textos em português e em alemão, verificaram que os textos argumentativos abrigam mais modalidade epistêmica do que os narrativos e os descritivos. Obviamente, não se pode partir da idéia de que os textos são homogêneos, mas deve-se entender, pelo contrário, que eles, em geral, abrigam porções de diferentes características textuais. E Stutterheim (1993) chama a atenção para o fato de que, nos textos em geral, é comum a heterogeneidade modal, com mudanças freqüentes entre possibilidade, impossibilidade, proibição, permissão, etc.

Os licenciamentos de interpretação conferidos pela predicação modalizada

Essas indicações sobre diversidade de interpretação de enunciados explicitamente modalizados não desconsideram que o licenciamento para as diversas interpretações – seja do ponto de vista semântico seja do ponto de vista pragmático – partem da predicação básica, isto é, do estado de coisas codificado na oração modalizada.[33]

Assim, é bastante determinante para a interpretação da modalidade a "unidade semântica" básica (Chafe, 1979, capítulo 9) presente no predicado: verbos estativos, bem como verbos existenciais (ligados a sujeitos estáticos), por exemplo, são fortemente associados à modalidade epistêmica (Coates, 1983; Bybee e Pagliuca, 1994; Heine, 1995), e, realmente, enunciados como

- *A viagem entre São Paulo e Caraguatatuba também* ***deve levar*** *o dobro do tempo normal de duas horas.* (FSP)
- *Descubro que* ***pode existir*** *tanta pureza na carne como no espírito.* (CH)

não suscitariam interpretação modal deôntica.

Os fatores da interpretação

No exame do contexto restrito – considerado dentro dos limites da oração – o primeiro fator decisivo de interpretação dos enunciados com verbos modais é o tempo do enunciado.

Givón (1984) fala num "complexo formado por tempo, aspecto e modalidade (TAM)" (p. 272), que constitui um sistema presente nas línguas naturais, no qual as categorias se implicam mutuamente, ficando o tempo no eixo central da relação. Assim, é sobre base temporal que Givón equaciona as três categorias, que, entretanto, exigem tratamento independente, para a sua explanação e a de seus subcomponentes.

a) Tempo (*tense*): envolve primariamente – embora não exclusivamente – uma experiência temporal em termos de pontos numa seqüência, e, conseqüentemente, envolve as noções de precedência e subseqüência.
b) Aspecto (em suas variedades) envolve a noção de limitação dos períodos de tempo, isto é, a configuração de pontos iniciais, finais e mediais. Entretanto, na semântica do aspecto, quase sempre algum elemento do tempo (*tense*) está também envolvido, em termos de estabelecer-se um ponto de referência na seqüência temporal.
c) Modalidade: abrange, entre outras coisas, nossas noções de realidade, no sentido de que ou há existência factual em algum tempo real ('verdadeiro'), ou não há existência em nenhum tempo real ('falso'), ou há existência potencial em algum tempo ainda por vir ("possível").

Uma primeira generalização que pode ser feita na relação entre modalidade e tempo-aspecto verbal vai no sentido de conferir aos enunciados relativos a eventos passados – e,

especialmente, os télicos[34] – uma interpretação preferencialmente epistêmica, e, aos enunciados relativos a eventos futuros, uma interpretação preferencialmente de raiz, embora a interpretação epistêmica não fique excluída. Com efeito, estados de coisas passados já não podem ser influenciados por modalidades que se apliquem diretamente a eles, o que, em outras palavras, significa que a ninguém pode ser conferida uma permissão ou ser imposta uma obrigação para que tenha feito algo no passado.

Assim, nos enunciados

- *Não tem a cor macerada dos indianos ou tailandeses, nem o retinto dos africanos.* ***Pode ter vindo*** *do Caribe ou ser norte-americano.* (BE)
- *E o Santo Ofício* ***deve ter registrado*** *tudo sobre eles.* (ACM)

a interpretação é, respectivamente,

"É **possível** que tenha vindo do Caribe." / "**Provavelmente** veio do Caribe."

e

"É **possível** que o Santo Ofício tenha registrado tudo sobre eles." / "**Provavelmente** o Santo Ofício registrou tudo sobre eles".

Categorias deônticas como a obrigação e a proibição, bem como a permissão, na verdade, são afetas a predicações abertas para a futuridade, o que se explica pelo fato de que essa modalização diz respeito à conduta, que se projeta para um momento posterior à manifestação do *déon*,[35] isto é, da necessidade deôntica:

- ***É preciso fazer*** *alguma coisa para ajudar os pobres do Rio.* (AF)
- ***É preciso*** *que* ***falem*** *e* ***pensem*** *no que fizemos.* (CCI)
- *A mulher* ***tinha que obedecer.*** (RET)

Também têm leitura preferencialmente epistêmica as modalizações operadas por verbos em formas progressivas:

- *Seis horas. Cléber* ***deve estar saindo*** *do trabalho.* (AF)
- *Você esquece que quem fez as fotos* ***pode estar fazendo*** *jogo duplo.* (SAM)

Efetivamente, nesses casos de presente contínuo, é fácil ver que não faz sentido permitir a um agente executar um ato concomitante com o ato de elocução, nem obrigá-lo a isso.

Enunciados com abertura para o futuro, por outro lado, comportam muito bem licenciamento de atuação (modalidade de raiz), como se observou, mas comportam também licenciamento de inferências ou conclusões (modalidade epistêmica). É o caso, respectivamente, das ocorrências já registradas

- *Ela* ***deve*** *chegar já.*

e

- *Homem branco, caraíba, não* ***deve*** *fazer isso perto de vocês...*

Outro fato é que os verbos modais respondem ao teste do sujeito animado. Assim, uma oração de *poder* com sujeito não-animado, como

- ***Pode*** *vir chuva, ventania, tempestade e até guerra.* (TV),

só tem interpretação de possibilidade epistêmica: "É possível que venha chuva, ventania, tempestade e até guerra."

Entretanto, uma oração com o mesmo modal, mas com sujeito animado (e sem as restrições de construção com forma perfectiva ou progressiva), como

- *E Gemar Quinto* ***pode*** *voltar.* (ML),

tanto pode significar simples possibilidade (interpretação epistêmica), "É **possível** que Gemar Quinto volte" como pode ter ambas as interpretações de raiz: "Gemar Quinto tem **permissão** para voltar" ou "Gemar Quinto tem **capacidade** para voltar."

Outra determinação para a interpretação pode ser encontrada na própria pessoa gramatical do verbo: uma expressão tende menos para uma interpretação deôntica quando está na terceira pessoa, e mais quando está na primeira, enquanto a modalidade epistêmica se associa mais com a terceira pessoa e menos com a primeira. Entretanto, os verbos de opinião (epistêmicos) são característicos de primeira pessoa, em construções do tipo de

- ***Acho*** *que por humilhação maior jamais passaram, jamais poderiam passar.* (A)

A multiplicidade de fatores que influem na interpretação de verbos modais polissêmicos levou diversos autores que estudaram a interpretação de enunciados modalizados em línguas particulares a organizar parâmetros de interpretação.

Estudando o espanhol, e, especialmente o verbo *poder*, Silva-Corvalán (1997) indica que, para esse verbo, há um conjunto de circunstâncias que parecem compor os significados contextuais:

a) presença ou ausência de fonte deôntica;
b) experiência prévia ou evidência;
c) grau de agentividade do sujeito;
d) aspecto situacional (estático, dinâmico, etc.);
e) aspecto morfológico e modo verbal.

Heine (1995), estudando os modais em alemão, indica, especificamente para a modalidade 'orientada para o agente' (de raiz, ou deôntica, no sentido geral), nas suas ocorrências prototípicas, as seguintes propriedades:

a) existe uma força (F) que se caracteriza por um 'elemento de desejo' (Jespersen, 1924);
b) o evento tem tipicamente um agente controlador (C);
c) o evento é dinâmico (D), isto é, envolve a manipulação de uma situação, e é concebido como levando a uma mudança de estado;

d) o evento ainda não ocorreu no tempo da referência, isto é, sua ocorrência, se de fato houver, será posterior a esse tempo (L);
e) o evento é não-factual (Palmer, 1986), embora haja certo grau de probabilidade de que ocorra (P).

Configurando a modalidade epistêmica por oposição, Heine (1995) aponta que, de todas essas propriedades arroladas, apenas (P) é conectada diretamente com essa modalidade.

Quanto à distinção entre os dois significados de raiz, o teste passa pelo traço [+controle] da predicação:

a) Com *poder*, só o traço [+controle] da predicação licencia o significado de permissão. Assim, em
   - *E Gemar Quinto* ***pode voltar.*** (MI)

em que *voltar* é um predicado com [+controle], está licenciado, entre outros, o significado "tem permissão para **voltar**".

Mas isso não ocorre em

- *Só você* ***pode compreender*** *como eu sofro.* (TRH),

em que o sujeito também é animado, mas em que *compreender* é um predicado com o traço [-controle]. Neste caso, o significado é apenas de capacidade, não de permissão.

b) Com *dever*, só o traço [+controle] da predicação licencia o significado de obrigação pessoal. Assim, em
   - *Terminado esse tempo o marido* ***deve retornar*** *à morte.* (ACM),

em que *retornar* é um predicado que sugere [+controle], está licenciado o significado "tem obrigação de retornar à morte".

Isso não ocorre em

- *Pede a punição dela que por ser adúltera, segundo as leis também* ***deve morrer.*** (ESS),

em que o sujeito também é animado, mas em que *morrer* é uma predicação com o traço [-controle].

Desse modo, são maximamente polissêmicas as construções com predicado modalizado que têm o traço [+controle] e têm sujeito animado. Em resumo, nesse caso, como já se indicou para a primeira das frases seguintes, as três interpretações básicas são possíveis:

- *poder*:
  - *E Gemar Quinto* ***pode*** *voltar.* (ML)

  Interpretação1: possibilidade (significado epistêmico)
  Interpretação2: permissão (significado de raiz)
  Interpretação3: capacidade (significado de raiz)

- *dever*:
  - *E Gemar Quinto* ***deve*** *voltar.*

  Interpretação1: possibilidade (significado epistêmico)
  Interpretação2: obrigação externa (significado de raiz)
  Interpretação3: obrigação interna / necessidade (significado de raiz)

Sem o traço [+controle] do sujeito as interpretações ficam limitadas. Com *poder*, um enunciado como

- *Com pechincha, o preço* ***pode*** *cair ainda mais.* (VEJ),

por exemplo, só tem interpretação epistêmica. Com *dever*, um enunciado como

- *A essa altura, já* ***deve*** *saber da morte de Kátia.* (BB)

tem, além da interpretação epistêmica, apenas uma interpretação deôntica, a de necessidade, não a de obrigação externa.

Obviamente, a própria interpretação de uma predicação como [+controle] ou [-controle] não se faz no léxico, isto é, não se liga a um verbo em si. Assim, por exemplo, há [+controle] nestas predicações deonticamente modalizadas (obrigação externa) em que o verbo é *morrer*, em princípio um verbo que sugere [-controle], mas que, no contexto, tem de ser reinterpretado:

- ***Deve*** *morrer pelo povo, pela liberdade.* (CHR)
- *Esse seu amigo acha que a gente* ***deve*** *morrer por esse monte de lixo?* (IN)

Obviamente, também, pode haver necessidade de uma contextualização ampla para definir a existência do traço [+controle] na predicação. Assim, a frase isolada

- *Terminado esse tempo o marido* ***deve*** *retornar à morte.* (ACM)

não permite, em si, essa definição, mesmo porque *retornar* pode sugerir [+controle], mas *morte* sugere [-controle], e só a colocação do trecho na situação real de elocução dá a interpretação, que, afinal, é a de simples necessidade deôntica [-controle]:

- *Ao saber da morte, a esposa suplica aos deuses que restituam a vida ao seu amado, apenas para que possa encontrá-lo mais uma vez. Os deuses concedem a Protesilaus o retorno à vida e aos braços da esposa, apenas por três horas. Terminado esse tempo o marido* ***deve*** *retornar à morte. Laodaméia, apaixonada pelo marido, decide morrer com ele.* (ACM)

Os mecanismos de interpretação

Buscando uma motivação mais ampla para a ligação desses dois grandes domínios semânticos aparentemente desligados, o epistêmico e o deôntico, Sweetser (1990b) encontrou uma forte evidência histórica, sociolingüística e psicolingüística

para defender que o uso epistêmico dos modais é uma extensão de um significado mais básico de raiz (e não o contrário), ou que ambos são subconjuntos de um mesmo sentido mais geral superordenado: historicamente, os modais ingleses se desenvolveram de significados não-modais (tais como força física: "ser forte", "ser capaz") para significados modais deônticos, e, mais tarde, ainda se alargaram para incluir leituras epistêmicas. Também nos estudos sobre aquisição Sweetser encontrou evidências de que as crianças adquirem os significados deônticos antes dos epistêmicos, o que significaria que as mudanças históricas nesse domínio foram moldadas por uma ligação semântica geral que provavelmente tem motivação psicolingüística inerente. Assim, os significados modais de raiz se estenderiam ao domínio epistêmico exatamente porque, em geral, se usa a linguagem do mundo externo para aplicação ao mundo mental interno, que é metaforicamente estruturado em paralelo com esse mundo externo. Os processos de raciocínio são vistos, então, como sujeitos a compulsões, obrigações e outras modalidades, do mesmo modo que as ações do mundo real são sujeitas a modalidades. Um argumento trazido como prova é que a modalidade não é a única área em que o mundo epistêmico é tratado como análogo ao mundo sociofísico, servindo de exemplo a extensão do verbo *ver*, da percepção física, como em

- *E ninguém vê televisão a menos de 5 centímetros da tela.* (REA),

para a percepção epistêmica, como em

- *Então ninguém vê que esses imigrantes vão trazer para cá, plantar aqui o ódio e a discórdia, junto com o possível café ou trigo que semearem?* (CT),[36]

bem como a existência de outras classes de entidades lingüísticas que podem ser aplicadas tanto ao mundo epistêmico quanto ao mundo real, como os verbos de elocução, os elementos adverbiais, as conjunções coordenativas, as conjunções causais, as condicionais do tipo *se ... então*, entre outras. O que a proposta defende é que os verbos modais não têm dois sentidos separados não-relacionados, mas que ocorre uma extensão do sentido de raiz básico para o domínio epistêmico, uma extensão que é fortemente motivada pelo sistema lingüístico como um todo.

Não é difícil aceitar que a separação entre os dois domínios, tradicionalmente abrigada nos estudos, possa ter sido sugerida pelo tratamento lógico das modalidades, já que, para os significados de raiz, não há, na lógica, um tratamento sistemático paralelo ao dado aos significados epistêmicos.

Talmy (1988) sugeriu que a semântica da modalidade de raiz, em termos lingüísticos, é mais bem compreendida com recurso à noção de forças e barreiras em geral. Assim, por exemplo, *deixar* implica afastar uma barreira potencialmente presente, *barreira que pode ser física*, como em

- *Ergo nas mãos dois punhados de água azul e **deixo**-os correr lentamente pelos braços.* (CH)

- *A imagem dela não me **deixa** dormir.* (CEN)

ou social, como em

- *Mas quando você me quiser, manda um recado pelo primeiro moleque que te aparecer que eu **deixo** o moleque me levar pela mão para onde você estiver.* (ASS)
- *Você me **deixa** dar uma olhada nos livros?* (ACM)

Outros verbos podem ter restrições diferentes, como, por exemplo, *permitir*, que parece mais ligado à permissão social, do tipo de

- *Minha condição de diplomata não me **permite** falar, particularmente neste caso.* (BH)
- ***Permito**-me dizer que esse raciocínio vale também para o Brasil.* (POL-O)

Adotando essa idéia básica de ver a modalidade em termos de forças e barreiras, Sweetser (1990b) oferece análises tentativas para os diversos verbos modais de raiz do inglês. O objetivo primeiro é demonstrar que tais análises são possíveis, e prontamente extensíveis ao domínio epistêmico. Mas, diferentemente de Talmy (1988), que, na sua análise dos modais, toma a força física direta do ambiente – por exemplo, uma pedra resistindo à água – como a mais básica de todas, Sweetser prefere ver a modalidade como basicamente referente a forças e barreiras intencionais, embora reconhecendo que a causalidade prototípica é a força física direta do ambiente, e não a manipulação indireta ou puramente social. O que é proposto, afinal, é que a análise da modalidade dinâmica (de capacitação ou habilitação) se faça em ligação com os conceitos de forças e barreiras sociofísicas generalizadas.

Nesse modo de ver, um verbo como *dever* tem potencialmente os significados de "levar a" (de raiz) e "levar a crer" (epistêmico), como se demonstra em

- *Você tem razão, ele **deve** ficar quieto.* (ATR)

que tanto pode indicar que ele (o sujeito) "está sendo levado a" ficar quieto (significado de raiz: "ele tem de ficar quieto") como que o falante "está sendo levado a acreditar" que ele (o sujeito) ficará quieto (significado epistêmico: "acho que ele ficará quieto").

Ambigüidade à parte, entende-se, nessa proposta, que a força de autoridade que se observa, por exemplo, em um enunciado deonticamente modalizado, como

- *Você **deve** parar de fumar essas coisas, está ficando muito fraco.* (BL),

tem paralelo na análise epistêmica efetuada na mente do falante, de onde ser possível um enunciado paralelo, epistemicamente modalizado, como

- *Você **devia** parar de fumar essas coisas, está ficando muito fraco.*

Na proposta de Sweetser, tudo se explica por uma metáfora, que tem base não em possíveis traços comuns entre os obstáculos sociofísicos e os epistêmicos, mas no compartilhamento de estruturas comuns existentes na nossa experiência nesses domínios.

E, nesse percurso que vai do mundo real ao mundo epistêmico, há diferenças evidentes, como a relutância usual do sujeito, existente na construção deôntica, mas sem contraparte na construção epistemicamente modalizada. Obviamente, como em qualquer processo metafórico, nem todos os traços do domínio de origem se preservam no domínio alvo.

Essa característica dos verbos modais é compatível com a natureza dessa subclasse de palavras, ou seja, com a sua função particular de modalizadores de predicados, o que circunscreve seu significado à expressão dos determinados tipos e graus de modalidades que afetam estados de coisas. Trata-se, pois, de uma subclasse com difícil definição quanto à proposição de acepções, especialmente considerada a elaboração de dicionários.[37] Nessa linha, parece interessante a discussão de significados propostos por estudiosos de línguas particulares para esse tipo de verbos, o que farei a seguir, com aplicação ao português, limitando-me aos dois verbos modalizadores mais usuais, *poder* e *dever*.

Cabe lembrar mais uma vez a interessante observação de Wierzbicka (1988) de que conceitos como "obrigação" e "necessidade" são muito mais estranhos ao falante comum do que o próprio significado das palavras *dever*, *precisar*, *ter de*, e de que a escolha de termos para identificar o significado de um verbo modal é bastante arbitrária: assim, Halliday (1970, p. 336, 347, apud Wierzbicka, 1988, p. 128) explica o inglês *should* em termos de "obrigação" e o inglês *must* em termos de "compulsão", enquanto Leech (1971, p. 91, apud Wierzbicka, 1988, p. 128) explica *must* em termos tanto de "obrigação" como de "compulsão", e *should* em termos de "obrigação atenuada":

Explicações mais analíticas têm sido propostas por alguns estudiosos. Para o inglês *can* (português: *poder*), Perkins (1982) propõe a fórmula K (C não impede X), na qual se diz que, com referência a um conjunto de princípios (K), as circunstâncias (C) não impedem a realização do estado de coisas (X). C e X são variáveis (que incluem aspectos morfossintáticos, semânticos e prosódicos) que, juntamente com o modal selecionado, determinam se X é interpretado como de uma ou de outra modalidade. Essas variáveis são, pois, os elementos que contribuem para o significado contextual, e, então, o equacionamento da interpretação já está presente na fórmula que apresenta "não impede" como significado invariante de *can*.

Na verdade, o significado básico "não impede" para o verbo português *poder* correspondente ao inglês *can* – e parece que também para o *poder* correspondente ao inglês *may* – legitima-se dentro da proposta da submissão da semântica da modalidade à noção de forças e barreiras (Talmy 1988; Sweetser, 1990b). Com efeito, o significado "não impede" para *poder* implica a inexistência (ou a inoperância) de barreiras, e, inversamente, um significado "impede" para *não poder* corresponderia à existência (ou à ação) de barreiras. Por outro lado, ao adotar o tratamento do significado das modalidades em termos de dinâmica de força – que inclui barreiras – Sweetser interpreta o modal inglês *may* (português: *poder*) como "não exige não" (barreira potencial, mas ausente), o que, em termos gerais, corresponde ao significado "não impede" atribuído ao inglês *can* por Perkins (1982). Isso significa que, para esses dois verbos ingleses que se traduzem por *poder*, em português (*can* e *may*), é proposto um mesmo significado básico, o que representa atribuir um significado invariante a esse verbo modal do português. Desse modo, fica explicada a "sobreposição de territórios semânticos" apontada por Sweetser (1990b, p. 53) para os modais ingleses *can* e *may*, sobreposição representada, afinal, na existência de um único verbo correspondente (*poder*) em português, como em outras línguas.

Para o modal inglês *must* (português: *dever*), o significado invariante proposto por Perkins (1982) é K (C requer / favorece X), que prevê que, com referência ao conjunto de princípios K, as circunstâncias C requerem / favorecem X. Dizendo de outro modo, os enunciados modalizados por *poder* têm uma interpretação dependente do conjunto de princípios que lhes servem de referência bem como das circunstâncias de que se revestem, mas essas variáveis atuam em conjunto com o modal, e, portanto, compõem, juntamente com o seu significado invariante – K (C requer / favorece X) –, o significado contextual a ser interpretado. Por seu lado, para equacionar o significado do modal inglês *must* (português: *dever / ter de*), Sweetser (1990b) sugere a existência de uma barreira que restringe o domínio da ação de alguém no cumprimento de um ato singular, mas considera que esse modal expressa mais uma compulsão positiva do que uma restrição negativa: uma força restringe as ações do interlocutor (ou tenta fazê-lo), mas faz isso obrigando a escolha de alguma alternativa específica. É, na verdade, também por esse caminho que se chega ao significado básico de "requer, favorece".

Essa proposta de um significado invariante – K (C não impede X) para *poder*, e K (C requer / favorece X) para *dever* – obviamente tem de ser testada no uso real da língua portuguesa.

Já está discutido, neste estudo, o fato de que ambos os verbos – *poder* e *dever* – têm usos deônticos e usos epistêmicos, e, dentro desses usos, existem muitas interpretações possíveis. Na análise de *corpus* que efetuei (*Corpus* de Araraquara),[38] encontrei, para *poder*, 75% de uso epistêmico e 25% de uso deôntico, e, para *dever*, 59% de uso epistêmico e 41% de uso deôntico, o que revela que o significado invariante "não impede" do verbo *dever*, coerentemente, serve mais (41%) à expressão da necessidade (o deôntico) do que o significado "requer / favorece" do verbo *poder* (25%).[39]

Pode-se sugerir que isso signifique que, para o modal *dever*, as interpretações se mantenham mais ligadas ao significado invariante - K (C requer / favorece X) - nos usos deônticos do que nos epistêmicos, e que o inverso ocorre com *poder*, cujas interpretações parecem manter-se mais ligadas ao significado invariante – K (C não impede X) – nos usos epistêmicos do que nos usos deônticos.

Com efeito, como se verá na análise mais específica dos usos do verbo *poder*, dependendo das circunstâncias (C) que cercam os empregos, e dos princípios (K) que os regem, os resultados de sentido estarão mais, ou menos, ligados ao significado básico. Basta voltar às ocorrências

- ***Pode** sair, vai ver o casamento da sua prima!* (UNM)
- *Ela não **pode** morrer no desespero em que está.* (A),

ambas com *poder*, para verificar que o significado modal da primeira delas (permissão) é quase puramente "não impede [o estado de coisas *você sair*]", enquanto o significado modal da segunda (volição), embora guarde relação com a noção de não-impedimento (no caso, negado), envolve um desejo do falante atuando sobre essa relação.

A proposta de consideração de um conjunto de princípios (K) que servem de referência, bem como de um conjunto de circunstâncias (C) que se ligam à realização do estado de coisas modalizado (X), de fato se mostra útil para o equacionamento de diferentes significados nas diferentes realizações, que representam diferentes contextos em diferentes situações de interação.

Alguns exercícios se farão a seguir, tomando como ponto de reflexão o verbo *poder*, em português, limitando-se a análise a casos de tempo presente, para que não se multipliquem muito as variáveis.

Considere-se esta ocorrência, de linguagem da propaganda:

- *Outra vantagem exclusiva: o limite de saque do cliente Nacional no Banco 24 horas é renovado em apenas 24 horas. Você passa hoje no Banco 24 horas e retira, de acordo com seu saldo, todo o seu limite de saque. Passa amanhã e* ***pode*** *sacar tudo de novo. Você não acha que já está na hora de ser cliente do Nacional?* (EX)

O significado básico de *poder*, que é K (C não impede X), modalizando o X *(você) sacar tudo*, interpretado sob um conjunto K (regulamento bancário) e sob um conjunto C (circunstâncias que envolvem, entre outras coisas, fonte deôntica forte, evidencialidade, situação dinâmica, orientação para o futuro, sujeito animado, sujeito agente, conseqüências positivas para o sujeito), dá o significado contextual de "concessão (permissão genérica) de novo saque em prazo conveniente" (um significado dentro da possibilidade deôntica). No mesmo estado de coisas modalizado, se, em vez do sujeito genérico *você, cliente* (=seja que cliente for), fosse usado um sujeito especificado, como em

- *Você, João, passa amanhã e* ***pode*** *sacar tudo de novo.*

estaria contextualizado um significado de possibilidade deôntica, também, mas de "permissão direta, específica, para novo saque em prazo conveniente".

Do mesmo tipo é esta ocorrência, de linguagem oratória:

- *Então, baseado no Regimento, eu pediria, por favor, que V. Exa. encerrasse o seu pronunciamento porque temos mais quatro oradores inscritos, que são os prejudicados, porque as Lideranças pedem a palavra por 20 minutos, cada um fala 20, 30, tomando o tempo dos oradores que estão inscritos para falar, de modo que eu pediria a V. Exa. que, quando quisesse fazer um pronunciamento tão belo como o que vem fazendo em torno do* BNH, *se inscrevesse como orador após a Ordem do Dia, quando o orador* ***pode*** *dispor de uma hora.* (JL-O)

O significado básico de *poder*, que é K (C não impede X), modalizando o X *o orador dispor de uma hora*, interpretado sob um conjunto K (leis governamentais) e sob um conjunto C (circunstâncias que envolvem, entre outras coisas, fonte deôntica forte, situação dinâmica, evidencialidade, orientação para o futuro, sujeito animado, sujeito agente, conseqüências positivas para o sujeito) dá o significado contextual de "concessão (permissão genérica) de utilização de tempo maior" (um significado dentro da possibilidade deôntica) . Um sujeito especificado, como em

- *V. Exa.* ***pode*** *dispor de uma hora.*

em vez do sujeito genérico *o orador* (=seja qual for), por sua vez, contextualizaria um significado de possibilidade deôntica também, mas de permissão direta, específica.

Diferente é a interpretação desta ocorrência de literatura romanesca, já usada em outro ponto do capítulo:

- *Os reimplantes são completados. A Criatura, mesmo renga,* ***pode*** *andar.* (AVL)

O significado básico de *poder*, que é K (C não impede X), modalizando o X *a Criatura andar*, interpretado sob um conjunto K (leis físicas e biológicas) e sob um conjunto C (circunstâncias que envolvem, entre outras coisas, tempo genérico, situação dinâmica, evidencialidade, sujeito animado, sujeito agente, preenchimento de condições prévias, insuficiência de impedimentos existentes), dá o significado contextual de "capacitação / habilitação para andar" (possibilidade de raiz).

Interpretação bem diferente tem esta ocorrência, que é de linguagem técnica:

- *O estudo do material* ***pode***, *ainda, incluir uma série de procedimentos analíticos, dependendo dos objetivos propostos e das técnicas utilizadas.* (ARQ)

O significado básico de *poder*, que é K (C não impede X), modalizando o X *o estudo do material incluir uma série de procedimentos analíticos*, interpretado sob um conjunto K (leis racionais) e sob um conjunto C (circunstâncias que envolvem, entre outras coisas, ausência de fonte deôntica, falta de evidencialidade, sujeito inanimado, tempo genérico, situação estática, experiência prévia, conhecimentos relacionados, estabelecimento de hipóteses pertinentes), dá o significado contextual de "inferência de que é possível a inclusão de procedimentos analíticos no estudo" (possibilidade epistêmica).

Todas essas são propostas ligadas à solução de prever, para os verbos modalizadores de enunciados, significados invariantes que sustentem a diversidade de significados contextuais verificados no uso. Partindo da possibilidade de dupla (tripla?) interpretação dos verbos modais apontada na lógica e refletindo sobre o valor polissêmico de enunciados modalizados da língua portuguesa, trazidos como amostra, o que se propõe é que a consideração da semântica dos enunciados modalizados por verbos modais necessariamente envereda por um complexo que, a par da investigação da natureza do modal – item com estatuto lexical –, tem de alargar-se ao contexto sintático da sentença, e, mais além, ainda, tem de resolver-se na total incursão de cada enunciado específico

em uma determinada enunciação específica. Mais do que a maioria dos elementos lexicais, os verbos modais exigem um tratamento gramatical que se acople à investigação do léxico (uma lexicogramática), para que questões ligadas à natureza da predicação (predicado e argumentos), bem como às categorias gramaticais que se aplicam a verbo (tempo, modo, aspecto e pessoa), se componham com as leituras modais básicas, para, então, chegar-se aos significados contextuais, e, em última instância, aos significados discursivos prototípicos, numa busca de fornecer ao usuário da língua as acepções que ele reconheça como aquelas que, de fato, correspondem aos significados do uso.

A alocação da modalidade nos diversos níveis de organização do enunciado

A oração finita é a unidade essencial da organização gramatical, já que é em torno de uma oração finita que geralmente se constrói a frase. Nessa afirmação, aparentemente banal, está implicado que é no domínio da oração finita que se determinam transitividade, caso e relações gramaticais.[40] Ora, esse constructo que é a oração finita caracteriza-se semanticamente, em princípio, por alguma especificação de tempo[41] e modalidade – explícita ou não, mas sempre gramaticalizada[42] – que efetua a instanciação da oração. São especificações sem valores precisos, nunca numéricas como são, por exemplo, as do tipo: "há dois meses", ou "com 95% de possibilidade" (Langacker, 1990, p. 212). Elas apenas se prendem à ancoragem na enunciação, isto é, dizem respeito ao falante, ao ouvinte, e ao momento de enunciação.

Essa primeira indicação da natureza da modalidade nas línguas naturais, ligada à proposta funcionalista de constituição dos enunciados em camadas, permite uma boa incursão na compreensão da categoria modalidade, bem como na de tempo (que, entretanto, não é o tema focal, aqui). Com efeito, há de ser reconhecido como premissa básica que uma categoria modal (que qualifica) é externa em relação à predicação, às vezes à proposição e ao próprio ato de fala. Basta lembrar o sempre reconhecido *modus*, na sua relação com o *dictum*.[43]

Os níveis de atuação na modalização segmental dos enunciados

Uma investigação de base funcionalista da expressão da modalidade em enunciados passa pela verificação das camadas de constituição da frase (Dik, 1989a, 1997; Hengeveld, 1987, 1988, 1989).[44]

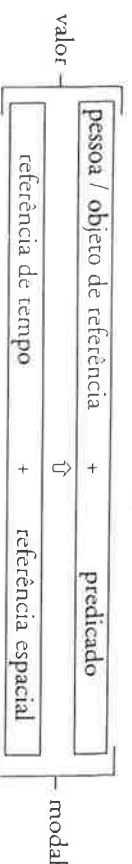
A explicitação dessa organização do enunciado em níveis pode partir da lição básica de Dik (1997) segundo a qual a *estrutura subjacente da frase se forma a partir de um predicado ao qual se aplicam termos*, produzindo-se uma predicação (designação de um *estado de coisas*), *a qual se constrói* em uma estrutura de ordem mais alta, a proposição (um fato possível), que, por sua vez, se reveste de força ilocucionária, constituindo o enunciado.

Uma primeira indicação dessa proposta de camadas de constituição da frase é sobre os diversos níveis em que a modalidade pode atuar:

1) No nível da estrutura interna da predicação, (nível 1), o que configura a modalidade denominada **inerente**, a que diz respeito às relações entre um participante e a realização do estado de coisas em que ele está envolvido. Essa modalidade só tem expressão lexical (verbos modais) e abrange os quatro grandes matizes reconhecidos através dos tempos pelos estudiosos, sem corte rígido entre eles: modalidade dinâmica (capacitação), alética (possibilidade ou necessidade lógica), epistêmica (crença ou conhecimento) e deôntica (obrigação ou permissão).
2) No nível da predicação – ou dos estado de coisas – (nível 2), o que configura a modalidade denominada **objetiva**, a que diz respeito à avaliação que o falante faz da realidade do estado de coisas designado pela predicação, independente da opinião pessoal: na modalidade epistêmica, o falante avalia a realidade do estado de coisas em termos de seu conhecimento; na modalidade deôntica, o falante avalia a realidade do estado de coisas em termos de normas morais, legais e sociais. Os extremos lógicos da modalidade objetiva epistêmica são as distinções de polaridade:[45] indica-se que o falante está certo, ou não, da realidade do estado de coisas.
3) No nível da proposição – ou dos fatos possíveis – (nível 3), o que configura a modalidade chamada **epistemológica**, a que diz respeito ao compromisso pessoal do falante com a verdade da proposição, ou seja, com a sua atitude em relação ao conteúdo da proposição. Essa modalidade tem como subtipos a modalidade subjetiva (o falante toma a responsabilidade pessoal em relação ao conteúdo da proposição, e assinala o grau de sua certeza em relação à verdade ou validação desse conteúdo) e a modalidade evidencial (o falante dá indicação de como obteve informação sobre a qualidade da proposição).[46]

Ocorre que, como diz Stutterheim (1988), na enunciação de um enunciado, um núcleo formado pelas especificações nos domínios de referência a pessoa ou objeto, e de referência a predicados (ações, propriedades, etc.) é ancorado por meio das referências temporal e espacial, e à relação estabelecida entre os diferentes componentes significativos é dado um estatuto de validade, que é o valor modal.

Essa organização pode assim representar-se:

valor – [pessoa / objeto de referência + predicado ⇧ referência de tempo + referência espacial] – modal

A modalização dos enunciados e as funções da linguagem

É possível entender que, metodologicamente, seja viável a alocação mais direta das expressões modalizadas não apenas em uma ou em outra camada do enunciado (tal como se apresenta genericamente no item anterior) mas também em uma ou em outra função da linguagem. Parece interessante avaliar a produção de enunciados modalizados no domínio maior do cumprimento das funções da linguagem.

Obviamente, não se dirá que, na modalização, haja uma função (nos termos de Halliday, 1985) que deixe de ser cumprida: no caso, tanto entender o ambiente (função ideacional) como influir sobre os outros (função interpessoal) são, igualmente, propósitos do usuário da língua, operacionalizados pela função textual. No entanto, parece evidente que o estabelecimento da interação verbal – da 'troca' que cumpre a função interpessoal da linguagem – é o momento em que os interlocutores, ao mesmo tempo que organizam a mensagem, definem seus papéis na interlocução, colocando-se na posição de doador ou de solicitador, de asseverador, de perguntador, de respondedor, de ordenador, etc. (a modalização implícita), ao mesmo tempo que escolhem marcar explicitamente seu enunciado – ou não – com valores modais das diversas categorias.

Pode-se supor que, em um enunciado marcadamente modalizado, também deva estar mais marcada a função interpessoal, exatamente pela evidente presença do falante e do destinatário, tanto no comprometimento epistêmico (que se liga a um papel semântico do tipo experimentador, ligado ao falante) como no envolvimento deôntico (que envolve as diversas pessoas do discurso, centrando-se no ouvinte). Acrescente-se a ligação da modalidade com a evidencialidade, uma categoria marcadamente interpessoal.

Com efeito, entrando no domínio epistêmico e avaliando, quanto aos propósitos do falante, a qualificação modal em relação à qualificação evidencial, também se pode dizer que a ambos os propósitos (o ideacional e o interpessoal) serve o falante quando modaliza epistemicamente um enunciado, e também a ambos ele serve quando evidencia a fonte do conhecimento. Entretanto, parece que se pode aventar que haja maior aderência da modalização propriamente dita ao primeiro dos propósitos (já que ela representa que o falante avalia, filtra, julga a 'realidade' do estado de coisas ou a 'verdade' da proposição, com ou sem opinião pessoal, e a partir daí faz distinções na escala do possível), e maior aderência da evidencialidade ao segundo dos propósitos (já que ela representa que o falante assume uma relação com o mundo de outros falantes, trazendo-os ou não como 'interlocutores', como 'parceiros', na manifestação da avaliação epistêmica).

As classes de elementos modalizadores *e os níveis de constituição do enunciado*

Nas relações das camadas de constituição do enunciado com as classes de palavras modalizadoras, tem-se considerado (Hengeveld, 1988, 1989) que, em princípio:

a) os verbos modais são expressão (lexical) da modalidade inerente: modalização do predicado;
b) os adjetivos modais pertencem à proposição e referem-se a um elemento do mundo (o estado de coisas): modalização da predicação;
c) os advérbios modais, por sua vez, não são parte do significado proposicional, mas expressam uma atitude do falante em relação à proposição (Nuyts, 1993a): modalização da proposição.

Uma evidência importante é que há adjetivos modais negativos, mas não há advérbios modais negativos:[47] há *improvável, impossível*, mas não os advérbios correspondentes, *improvavelmente* e *impossivelmente* porque é óbvio que o falante não pode negar sua própria atitude ou perguntar sobre ela.[48] Para Bellert (1977), os advérbios modais qualificam a verdade da proposição, e, por isso, não podem ser negados nem questionados. A autora cita Lang (1979), para quem os advérbios modais estão fora do significado proposicional e expressam uma atitude do falante em relação à proposição, o que significa que uma negação ou questionamento nesse nível corresponderia a uma negação ou questionamento da própria atitude de quem modaliza o enunciado. Esse impedimento não existe com os adjetivos modais, que são internos à proposição e se referem a um elemento do mundo, ou seja, a um estado de coisas.

Assim, é usual a interrogação com o modalizador adjetivo (nível 2), como em

- *Mas é **possível** que o Brasil, com tanta coisa, não tenha nenhum peixe que seja prato nacional como a feijoada e a carne-seca?* (IS),

mas não a interrogação com o advérbio modalizador (nível 3):

- * ***Possivelmente** o Brasil, com tanta coisa, não tenha / não tem nenhum peixe que seja prato nacional como a feijoada e a carne-seca?*

Também é possível negar a frase modalizada com adjetivo (nível 2), como em

- *Não é **possível** que ela faça isso.* (MD),

mas não a frase modalizada com advérbio (nível 3):

- * ***Possivelmente** ela não faça / faz / fará isso....*

Pode-se, ainda, hipotetizar a frase modalizada com adjetivo (nível 2), como em

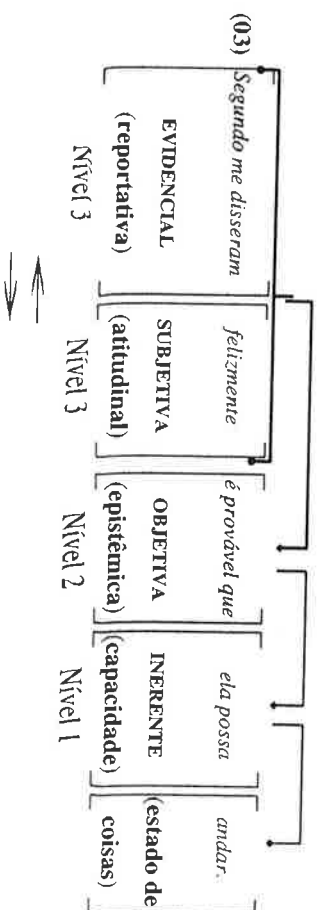
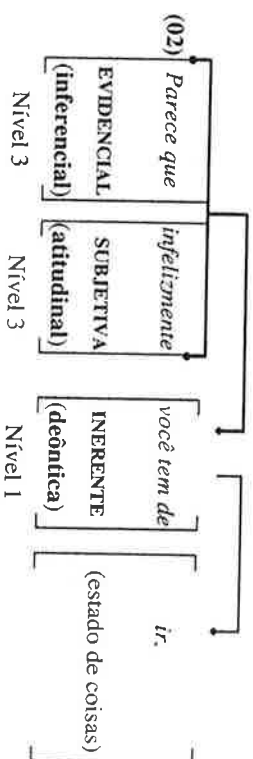
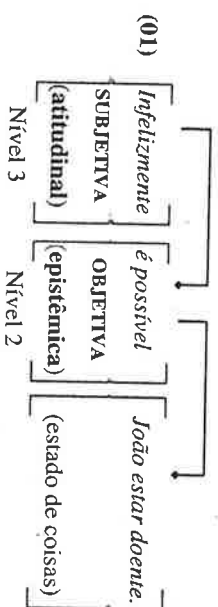
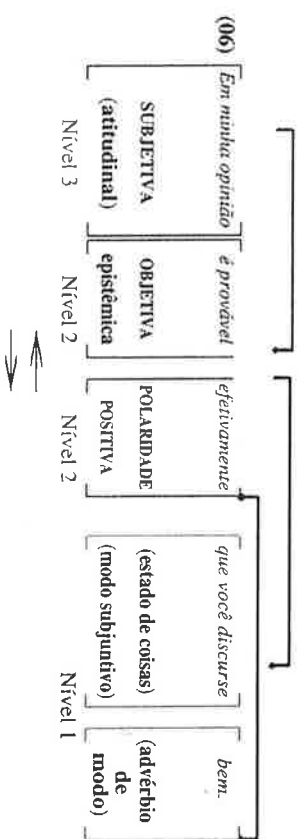
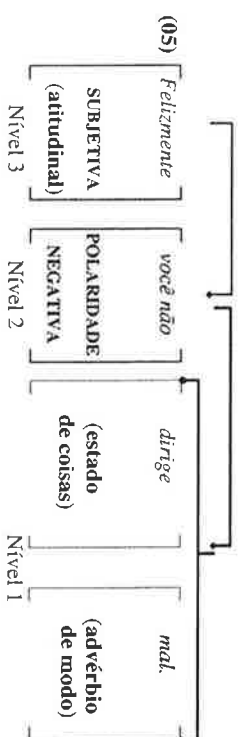
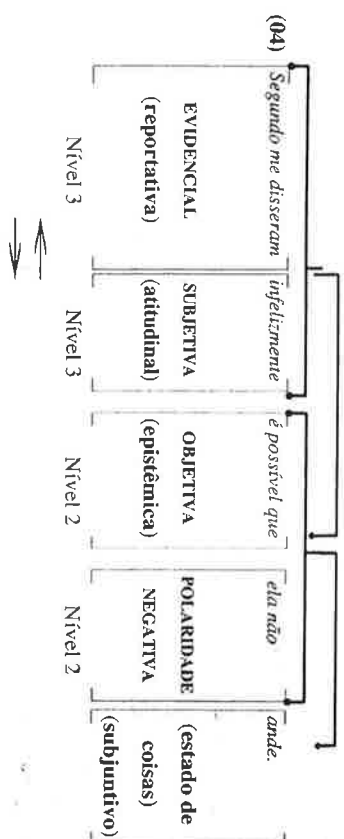
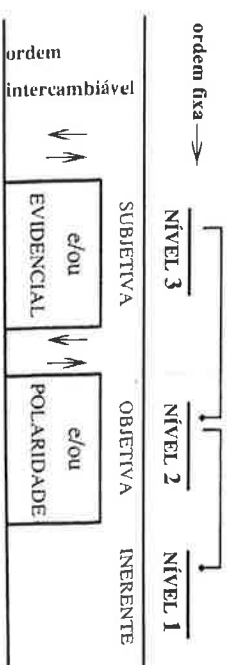
- *Se é **possível** que ela faça isso... etc.*,

mas não é possível hipotetizar a frase modalizada com advérbio (nível 3):

- * *Se **possivelmente** ela faça / faz / fará/ fizer isso... etc.*

Ocorre que a modalidade subjetiva (nível 3), sendo externa à proposição, está não apenas fora do alcance do tempo mas também fora do âmbito da negação, ficando

também, protegida da possibilidade de ser hipotetizada. E, ainda, como a modalidade subjetiva está ligada ao comprometimento do falante quanto à verdade do conteúdo da predicação, ela não pode ser questionada.

A noção da alocação da modalidade em diferentes camadas do enunciado (segundo Dik, 1989a, 1997 e Hengeveld, 1987, 1988, 1989)) permite entender-se por que, e como, modalidades podem combinar-se entre si e incidir uma sobre a outra, como mostram os seguintes esquemas:

Incluindo a negação, que é do nível 2:

O que se apresenta a seguir é um esquema que retrata essa organização em níveis:

A evidência de que há direcionalidade na incidência das diferentes modalidades tem levado a propostas de bases diversas, incluindo-se a que se fundamenta sobre a própria diferença de natureza de cada tipo de relação modal. Assim, tem-se apontado que a modalidade epistêmica pode incidir sobre a deôntica, mas não o contrário, o que levaria a que se vissem as duas categorias como hierarquicamente ordenadas, embora se revele algum desconforto nessa verificação (Stutterheim, 1988). O que ocorre, na verdade, numa análise dessa ordem, é que a expressão do grau de certeza, que é de responsabilidade pessoal do falante (modalidade epistemológica subjetiva, nos termos de Dik), tem natureza epistêmica, no sentido de que se situa no eixo do conhecimento, mas não se efetua naquele mesmo nível do enunciado em que se efetua a expressão da avaliação feita simplesmente em termos de conhecimento, independentemente de opinião pessoal (modalidade objetiva epistêmica, nos termos de Dik).[49]

A estranheza de

- *Talvez aquela mulher **deve** ser rica.*

ou de

- ***Provavelmente** aquela mulher **deve** ser rica.*

vem do fato de que a avaliação de não-factualidade do estado de coisas filtrada pelo conhecimento do falante vem duas vezes registrada: num nível mais interno (com o verbo modal) e num nível mais externo (com o advérbio), neste último nível com evidente subjetividade. No reverso, a predicação

- *Aquela mulher **deve** ser rica.*

marcada como *irrealis* pelo verbo modal *dever*, nunca teria esse caráter de não-factualidade suspenso ou anulado pelo uso de algum advérbio (nível mais externo) de certeza absoluta. Observe-se que, em uma frase como

- *Com **certeza** aquela mulher **deve** ser rica.*

o modalizador de certeza, de nível mais alto, contamina-se com o caráter de *irrealis* da predicação modalizada, em termos de possibilidade, pelo *dever*.

Com o outro subtipo de modalidade que ocorre em nível mais alto do enunciado (segundo Dik, 1997), o subtipo evidencial da modalidade epistemológica – que explicita a fonte de conhecimento – vale o mesmo raciocínio para se entenderem as questões de hierarquia e de incompatibilidade. Assim, num enunciado como

- ***No meu entender**, aquela mulher **deve** ser rica.*

a expressão de modalização evidencial *no meu entender* nada mais faz do que ratificar que o falante é a fonte do *grau de certeza*, já que essa condição estaria também manifestada no enunciado sem o modalizador evidencial, ou seja,

- *Aquela mulher **deve** ser rica.*

enunciado em que nenhuma fonte de conhecimento é indicada e em que, portanto, está implícito que essa fonte é o próprio falante.[50] Por outro lado, num enunciado como

- ***No seu entender**, aquela mulher **deve** ser rica.*

o modalizador evidencial, que indica fonte de conhecimento diferente do falante, anula o implícito, já que, situando-se em nível mais elevado, recoloca a força do valor modal como expressão apenas do grau de certeza, independente de qual seja a fonte de conhecimento.

Modalidade e polaridade

É clássica a proposta de M. A. K. Halliday[51] de consideração da modalidade como terreno intermédio em relação aos pólos positivo e negativo do enunciado. Ela faz parte da consideração de que a polaridade e a modalidade são componentes dos enunciados em geral, e de que todas as línguas conhecidas apresentam a possibilidade de modalizar ou de negar uma proposição (em si, afirmativa). Muito banalmente referida essa proposta, pode-se dizer que um elemento como *talvez* está em algum ponto intermediário entre o *sim* e o *não*.

Indicando que a polaridade é a escolha entre o positivo e o negativo na proposição, como em *é / não é*, Halliday (1985) indica (exemplificando com o inglês) que, tipicamente, a polaridade é expressa no elemento verbal finito, razão pela qual esse elemento é temático numa frase interrogativa geral (que pede, na resposta uma escolha entre *sim* e *não*), como

- *Eles trancaram você no xadrez?* (AS)

A ligação da polaridade com a modalidade está exatamente no fato de que as possibilidades de escolha para essa resposta não se resumem a *sim* e *não*, havendo, naturalmente, graus intermediários, tanto do ponto de vista qualitativo (*talvez*), como do ponto de vista quantitativo (*às vezes*). Diz Halliday (1985) que esses graus intermediários entre o positivo e o negativo são conhecidos como 'modalidade' e que há dois tipos de possibilidades intermediárias: graus de probabilidade (*possivelmente* ⇒ *provavelmente* ⇒ *com certeza*) e graus de habitualidade (*às vezes* ⇒ *comumente* ⇒ *sempre*). No terreno da probabilidade existe uma 'disjunção' entre o *sim* e o *não* ('sim' ou 'não'), o que corresponde a um "talvez sim, talvez não" (em diferentes graus), enquanto no terreno da habitualidade existe uma 'conjunção' do *sim* com o *não* ('sim' e 'não'), o que corresponde a um "às vezes sim, às vezes não" (em diferentes graus).[52]

Trata-se, como se vê, de um alargamento da zona tradicionalmente tida como da modalidade, na linguagem. Por outro lado, Halliday (1985) postula, a par da existência desse processo de 'modalização' (que se aplica às proposições e que tem como pólos opostos a 'afirmação' e a 'negação'), a existência de um processo de 'modulação', que se aplica às 'propostas' (relação de um enunciado com ações, e não

com outros enunciados) e que tem como pólos opostos a 'determinação' (o correlato da 'afirmação' proposicional) e a 'proibição' (o correlato da 'negação' proposicional).

O que se tem é que, no geral – e na esteira do tratamento lógico –, modalidade e polaridade são interdeterminantes. O peso do tratamento preparado pela lógica é invocado textualmente por Halliday (1985, p. 336), que correlaciona modalidade e modulação com o que é referido, na "semântica filosófica", como "modalidade epistêmica" e "modalidade deôntica", respectivamente.

A lógica das relações de polaridade e modalidade

Em termos de negação, as noções de possibilidade e necessidade se relacionam do ponto de vista lógico,[53] e essas relações estão em algum grau refletidas na língua (Palmer, 1995). Assim, tanto na modalidade epistêmica como na deôntica, tem-se que

não possível = necessário não
possível não = não necessário

Já em Aristóteles as noções de possibilidade e necessidade, do modo como estão inscritas no 'quadrado de oposições', ou quadrado lógico', são interdefiníveis com o auxílio da negação, e dificilmente os estudiosos das línguas naturais têm voltado a essa inter-relação sem recurso ao equacionamento que a lógica oferece.

Jespersen (1948 [1917]) organiza os operadores lógicos numa tripartição, que é definida por um conjunto de regras de equivalência. Propõem-se valores quantificacionais, assim representados

A:	*all*	*everything*	*everybody*	*always*	*everywhere*
B:	*some/a*	*something*	*somebody*	*sometimes*	*somewhere*
C:	*all /no*	*nothing*	*nobody*	*never*	*nowhere*

e, também, categorias modais, assim representadas:

A:	necessity	must/need	command	must
B:	possibility	can/may	permission	may
C:	impossibility	cannot	prohibition	must not/ may not

A generalização proposta por Jespersen assenta que, quando o elemento absoluto (um dos extremos A ou C) vem antes da negação, a noção absoluta prevalece, e o resultado é a noção contrária (A se torna C, ou C se torna A), mas, se a negação (*not / não*) vem primeiro, o elemento absoluto (A ou C) é negativizado, e o resultado é o elemento intermediário (B).

Ilustro com os valores quantificacionais:

a) – *all not... / todos não... = none... / nenhum...;*
– *everything not... / tudo não... = nothing... / nada...;*
– *everybody not... / todos as pessoas não... = nobody... / ninguém...;*
– *always not... / sempre não... = never... / nunca... .*

b) – *not all... / não todos... = some, a... / alguns, uns....;*
– *not everything... / não tudo... = something... / algo....;*
– *not everybody... / não todos as pessoas... = somebody... / alguém...;*
– *not always... / não sempre... = sometimes... / às vezes.... .*

Ilustro com categorias modais:

a) negação posposta
– necessário não... = impossível;
– precisar não... = não poder
– ordenar não... = proibir

b) negação anteposta
– não necessário... = possível
– não precisar... = poder
– não ordenar... = permitir

Uma integração do quadrado lógico aristotélico com a organização de Jerpersen está no quadrado escalar da modalidade em três camadas de Auwera (1996), que explicita os acarretamentos:

necessário p, não possível não p ⇒		possível p, não necessário não p.
não necessário p, possível não p	⇐ p contingente, contingente não p ⇒	
	⇐ necessário não p, não possível p.	

Pode-se repetir, pois, que as noções de possibilidade e necessidade são logicamente relacionadas em termos de negação, e que facilmente se vêem manifestas na língua essas relações que a lógica sempre explicitou (não possível = necessário não; possível não = não necessário; possível = não necessário que não):

- *O macaco pode estar quebrado.* (OMT)
  = é possível que / não é necessário que não
- *O macaco não pode estar quebrado.*
  = não é possível que / é necessário que não
- *O macaco pode não estar quebrado.*
  = é possível que não / não é necessário

O jogo entre modalidade e polaridade na linguagem

Palmer (1995) aponta que não se pode sugerir que todas as formas modais se enquadrem no sistema lógico, embora isso pareça ser verdade para os modais epistêmicos do inglês, que têm as formas de necessidade negativa fornecidas por

equivalências lógicas. Com os modais deônticos, entretanto, observa o autor, há formas que parecem ser logicamente equivalentes, mas não têm as mesmas funções na língua.

De todo modo, embora as relações lingüísticas não sejam relações lógicas, como reconhecem todos os estudiosos, e como já se acentuou aqui (item "As relações entre lógica e lingüística na definição da categoria 'modalidade'"), nos enunciados das línguas naturais se pode muitas vezes observar (especialmente no sistema epistêmico) um jogo semelhante ao que se acaba de explicitar, em termos lógicos, entre o elemento polarizador e o modalizador.

Ocorre que da posição do operador de negação pode depender a interpretação de alguns modais no enunciado,[54] já que muda o âmbito da negação. É o que acontece com *poder*:

- *É claro que essa situação **não poderia** perdurar.* (AR)
- *Ele **não pode** estar morrendo, **não pode**.* (MCP)
  (não possibilidade = necessidade de não)

Nega-se o modalizador, e, com ele, a predicação modalizada. A "negação de possibilidade" é, pois, equivalente à "necessidade de negação":

"**Não** seria **possível** que essa situação **perdurasse**." / "**Não** é **possível** que ele **esteja morrendo**."

equivalem, respectivamente, a

"Seria necessário que essa situação **não perdurasse**." / "É necessário que ele **não esteja morrendo**."

Ocorre que, em frases como as que vêm a seguir (com o elemento polarizador *não* hierarquicamente abaixo do modalizador), não se nega a possibilidade, mas a predicação ainda não modalizada:

- *É claro que essa situação **poderia não** perdurar.*
- *Ele **pode não** estar morrendo, **não pode**.*
  (possibilidade de não = não necessidade)

A "possibilidade de negação" é, pois, equivalente à "negação de necessidade":

"Seria **possível** que essa situação **não perdurasse**." / "É **possível** que ele **não esteja morrendo**."

equivalem, respectivamente, a

"**Não** seria **necessário** que essa situação **perdurasse**." / "**Não** é **necessário** que ele **esteja morrendo**."

Não é, entretanto, o que ocorre com o verbo *dever*:[55] o âmbito de incidência desse modalizador não se altera quando se altera a posição do elemento negativo. Em qualquer posição o operador de negação incide sobre a predicação modalizada, seja na modalidade deôntica, como em

- *Sobretudo, **devemos não** esquecer que há uma soma de energia interior que tem de ser despendida: se não for naturalmente sê-lo-á às escondidas, talvez em perversões.* (AE)
- *Sobretudo, **não devemos** esquecer que há uma soma de energia interior que tem de ser despendida: se não for naturalmente sê-lo-á às escondidas, talvez em perversões.*

seja na modalidade epistêmica, como em

- *O show dos Rolling Stones danificou o gramado, que **deve não** estar em condições de uso para o domingo.* (FSP)
- *O show dos Rolling Stones danificou o gramado, que **não deve** estar em condições de uso para o domingo.*

O alcance da negação

Em princípio, o limite da oração é também o limite do alcance da negação (Bublitz, 1992), que se efetua por um operador de nível 2 (que incide sobre a predicação). O encaixamento da predicação em uma predicação matriz com verbo epistêmico não-factivo e não-implicativo (*achar*, *julgar*, *considerar*, *supor*) foi considerado por Bublitz como um caso que se desvia da regra, já que uma frase como

- ***Acho** que o mundo das artes **não** tem a mesma importância.* (MAN)

tem, no genérico, o mesmo sentido de

- ***Não acho** que o mundo das artes tem a mesma importância.*

Percebe-se que a primeira frase é mais fraca em certeza que a segunda, no que diz respeito à expressão de negação do enunciado encaixado, pressupondo-se, para isso, fatores diversos, semânticos, sintáticos e pragmáticos. Na verdade, a transferência da negação para a oração matriz é, no caso, uma estratégia de defesa utilizada pelo falante para atenuar o conteúdo proposicional declarado no enunciado complemento, e para, de certa forma, direcionar a interpretação do ouvinte (Neves et al., 1997).

Nessa questão de transferência da negação pode testar-se a validade da proposta funcionalista de organização do enunciado em camadas.[56] Com efeito, os verbos factivos (como, por exemplo, *lamentar*) correspondem a modalizadores do nível 3 (subjetivos atitudinais), e, por isso, não são intercambiáveis com a negação, que é do nível 2, não ocorrendo, pois, com esses verbos, o alçamento da negação. Assim,

- *Só **lamento** que **não** tenhamos travado conhecimento antes, diretamente.* (CV)

não equivale a

- *Só **não lamento** que tenhamos travado conhecimento antes, diretamente.*

Por outro lado, o caso de transferência da negação nas construções com verbos como *achar, julgar, considerar, supor*, de que muito se tem tratado, não precisa ser considerado como 'desvio de regra', explicando-se facilmente a intercambialidade pela igualdade de nível entre a negação e esses modais não-factivos e não-implicativos, que são de avaliação epistêmica, ou seja, de modalidade objetiva (nível 2).

Marcas de polaridade

A polaridade representa a escolha entre o positivo e o negativo na oração (negação predicativa).[57] Em português, o positivo prescinde de expressão formal, como se vê em

- *Comecei a examinar a tribuna.* (ACM)

O negativo, por sua vez, normalmente é expresso por um elemento autônomo, como o grifado em

- *Ele **não** é educado?*

ou, redundantemente, por mais de um elemento, como os grifados em

- ***Ninguém não** sabe direito quem são, de onde vieram.* (R)
- ***Não** é isso **não**, Sílvio!* (A)
- *Mas hei de plantar também uma chácara, como **nunca ninguém não** viu, com todas as qualidades de fruta.* (AS)

Na verdade, o elemento do pólo negativo (protótipo: *não*), mas não o do pólo positivo (protótipo: *sim*) constitui expressão do modo da sentença. O elemento *sim*, quando expresso, do ponto de vista sintático se desvincula da proposição afirmativa, e do ponto de vista semântico-discursivo constitui redundância de expressão:

- *Os fatos, em si, Angela não os negava. Disfarçava-os, **sim**. Escondera-os, enquanto pudera. **Sim**, enquanto Sérgio não resolvera trazê-los, todos, impiedosamente, à luz do dia.* (A)

O elemento *não*, por sua vez, ao lado da função do modo proposicional de polarização negativa, forma par opositivo com *sim* em todos os seus empregos. No emprego que ora se aponta, pode-se exemplificar com

- *Os fatos, em si, Angela não os negava. Não os disfarçava, **não**. Não os escondera. **Não**, tanto quanto Sérgio, que resolvera trazê-los, todos, impiedosamente, à luz do dia.*

A desvinculação da marca de polaridade (*sim / não*) em relação ao modo proposicional fica evidenciada pelo fato de que a existência de uma marca positiva ou uma marca negativa no enunciado não se vincula a uma polaridade correspondente na proposição que se segue. Assim, tanto é possível uma afirmação seguida de proposição negativa, como

- ***Sim**: **não** podia deixar de saber.* (ALE)
- *Ah, **sim**, **não** eram gregos os rapazinhos.* (SPI)

quanto é possível uma negação seguida de proposição afirmativa, como

- ***Não**, o prefixo é outro.* (ACM)
- *– **Não**. Eu quero ficar loura e branca.* (CEN)

Na verdade, *sim* e *não*, no início dessas últimas frases, estão externos à proposição que se segue, cumprindo uma função no texto.

O emprego discursivo-textual de *sim* constitui uma referência afirmativa ligada a um outro enunciado emitido ou inferido da situação, uma ligação que se pode considerar 'fórica'.[58] O *sim* responde afirmativamente a uma questão geral tanto afirmativa, como em

- *– Deve dar conselho?*
  *– Devo, **sim**, porque afinal de contas vim aqui para amparar sua obra.* (TPR)

quanto negativa, como em

- *– Como? Então **não** aceitaste?*
  *– Aceitei **sim**, aceitei.* (TJR)

Uma afirmação de tipo anafórico, mais do que uma polaridade positiva, pura e simples, representa, entre outros:

– assentimento a um enunciado assertivo anterior, ou concordância com os termos dele, como em

- *– Querida, há dias que eu noto que não és a mesma mulher... Teu corpo está aqui... mas a mente, não.* (TRH)
  – **Sim**, querido. Tens razão...
- *– E você também Januário, não é homem bastante... para tomar uma atitude sozinho... Já nós dois juntos... quem sabe?* (Pausa)
- *– **Sim**, Inês. Quem sabe?* (TRH)

– discordância de um enunciado anterior, como em

- *– É melhor você esbarrar e voltar para casa.*
  *– **Não**. Eu capino.* (BOC)
- *– Você não tem vergonha mesmo não, Filó – disse Agenor. – Em tudo você mete uma esculhambação no meio.*
  *– Não é esculhambação **não**. Eu estou falando é sério.* (CAS)

– quase um simples sinal de recebimento da mensagem, como em

- *– Quer dizer: as indígenas.*
  *– Ah! **Sim**, as indígenas! Com certeza já te contaram o episódio do riacho.* (VP)

É a mesma função de uma frase como "*É.*", que, aliás, é mais freqüente na conversação do português do Brasil do que "*Sim.*", casos como estes:

- P: *Molecada dos infernos!... Estavam espiando a gente!...*
  E: (Sorri) *É, nós fomos feitos pra sermos espiados.* (TGG)
- – *Tu vai? Pra esse lugar longe, na guerra de sedição, com esse homem que tu não sabe quem é?*
  – *Quem ele é, se sabe. É, nós vamos. Eu mando notícias.* (VPB)
- – *Bom dia, Mr. Wilson. De pé tão cedo?*
  – ***Sim***, *eu vai ver o navio.* (ASS)

A resposta afirmativa "*É.*" (menos freqüentemente, "*Sim.*") por vezes constitui a contraparte de um pedido de verificação que, sob forma negativa (*não é?*, *né?*, *não?*), se coloca como apêndice de interrogação geral, como em

- *Uma bela quantia, **não é?** É. Os cem mil-réis da aposentadoria vão pro aluguel.* (CVB)
- – *Ele disse se ia passar nalgum lugar antes? Ah, é mesmo, falou sim.*
  – Não. Falou não. Mas ele deve estar chegando, **né?**
  – É. Deve ser isso.
- – *Teu avô deve ser comunista, como eu. **Não é**, Rinaldo?*
  – *Claro que **sim**, só que ele está meio de briga com o partido desde a eleição do prefeito.*

É também fórico o emprego de *sim* e de *não* como retomadores de predicados, como em

- *O mano Jerônimo não **estava** mas ela **sim**, ela ali estava, no galpão das danças, sendo muito disputada por vários noivos na quentura do semecho.* (CHP)
- *Nem **fora audacioso**, nem **ousado**. Não, ela **sim**.* (JM)
- – *Mas, papai ! Não interfiro na vida de vocês quando estão em meu apartamento.*
  – *Você, eu sei que **não**. Mas, esta sua empregadinha ! Onde arranjou este estrepe ?* (ES)

Os elementos *sim* e *não* retomam também toda a oração, incorporando sujeito e predicado, como em

- – *Por enquanto, pretendo ir para casa. As galáxias podem esperar.*
  – *Acho que **sim**.* (ACM)
- *Sendo que esse homem não existia, nem tinha existido nunca; ou, se **sim**, se tratava do espírito de um já morto e enterrado havia muitos anos – e era esse ser o que o bobo temia.* (COB)

Ambas as funções do *não*, a textual e a de polarização proposicional, podem coocorrer como em

- – *O que vale na vida é o dinheiro. E eles aqui sabem ganhar dinheiro. Não se habilita, Dimas?*
  – ***Não, não** me habilitei.* (AFA)

Talvez a essa função do *não* como expressão da polaridade negativa do verbo se deva a colocação tradicional desse elemento na classe dos advérbios. Essa função do *não* é a que corresponde à das formas *(do) not* (inglês), *nicht* (alemão), *ne...pas* (francês). A outra função, a que se localiza fora da sentença (ou no lugar de uma sentença?) e que consiste em retomar negativamente um outro enunciado, representa fazer, pois, uma polarização projetada no nível do texto, correspondendo aos elementos *no* (inglês), *nein* (alemão), *non* (francês).

A polarização operada pelo elemento negativo pode ter como alcance não proposições, mas termos:

- *Saí-me bem, o **não criminoso** foi absolvido, o resultado final foram as papes entre os rivais.* (AM)
- *Ela tem a obrigação, a tremenda responsabilidade de fazê-lo belo, **não para si**, mas para nos, o público que egoisticamente desejará sempre mais e mais de sua arte maravilhosa.* (VB)
- *Otávio, estudante de direito, idade entre 24 e 26 anos, com gestos suaves e femininos, veste-se **não muito discretamente**.* (DEL)[59]

O *não* chega a confundir-se com um prefixo (usado com e sem hífen), como em

- *E aí não cabe a lei da **não-contradição** de forma tão rígida se a contradição é precisamente o vetor desse dinamismo.* (T)
- *Em nome do progresso, da modernização, da **não violência**, rapidamente Mundinho galvanizou a sociedade local.* (CRO)
- *A nobreza **não-real**, mais numerosa, compreendia vários tipos de chefes e os chamados "grandes homens livres", para distingui-los do homem livre comum, que geralmente trabalhava o campo.* (MAL)

Nesses diversos casos de negação de constituinte, ainda se poderia, facilmente, considerar 'predicativa' a polaridade negativa, porque a negação alcança propriedades.

Modalidade, tempo e referencialidade

Em primeiro lugar, deve-se observar que o tempo é uma variável significativa na definição de uma sentença modalizada, já que, ao fazer a ancoragem de tempo, o falante estabelece uma correspondência entre a proposição contida no enunciado modalizado e a situação referencial, localizada no passado, no presente ou no futuro.

Os enunciados modais com situação referencial no presente ou no passado têm leitura preferencialmente epistêmica.[60] Os enunciados que representam uma situação referencial de tempo futuro, por seu lado, podem ser epistêmicos, mas, muito comumente, têm leitura não-epistêmica: a obrigação e a permissão ligam-se ao controle de situações futuras; a habilidade e a volição envolvem exercício futuro. É muito significativo o fato de, em certos casos, um mesmo enunciado poder ser considerado de tempo presente, se for epistêmico, e de tempo futuro, se for deôntico, ou vice-versa. Observem-se os possíveis enunciados:

- **Epistêmico, presente**: *A sala* ***deve*** *estar limpa sempre. Ninguém reclama.*
- **Deôntico, futuro**: *A sala* ***deve*** *estar limpa sempre. Não quero que alguém reclame.*

Nos textos do português brasileiro examinados (*Corpus* de Araraquara) encontrei 83% dos verbos modais deônticos no presente, mas, obviamente, trata-se de um presente com extensão para o futuro, como é o caso da frase deôntica que acaba de ser sugerida. No futuro do presente, ocorreram 5% dos verbos deônticos, mas sabe-se bem que esse tipo de forma verbal não tem, mesmo, grande presença no uso atual da língua. No futuro do pretérito encontraram-se 2% dos verbos deônticos, e, no pretérito imperfeito, 8%, mas, em muitos casos, o pretérito imperfeito é, em português, uma forma com nítido valor de futuro do pretérito, como se pode observar em

- *A senhora* ***devia*** *rezar mais...* (NOF)
  (= A senhora deveria rezar mais ...)

Afinal, em pretérito perfeito, um tempo inquestionavelmente passado, ocorreram apenas 2% dos verbos modais, com variedade também restrita.

Por outro lado, a modalidade deôntica está, em princípio, ligada a agentes moralmente responsáveis (Lyons, 1977), e, portanto pressupõe predicações que envolvam um agente controlador.[61] Assim, por exemplo, um mesmo verbo modal, numa mesma forma temporal (presente, por exemplo) terá, em princípio, leitura deôntica (e futura) se a predicação tiver argumento sujeito que seja controlador, e leitura epistêmica (e presente) se a predicação tiver argumento sujeito que seja não-agente, não-controlador (mesmo que tenha potencialidade para ser agente e controlador):

- **Deôntico**: *Você* ***deve*** *esforçar-se mais.*
- **Epistêmico**: *Você* ***deve*** *sofrer muito.*

De qualquer modo, é fundamental a idéia de que a relação *realis* x *irrealis*, na proposição, é claramente ligada com a relação temporal, e o teste mais comum para essa distinção envolve a referencialidade de argumentos indefinidos sob o alcance dessas *modalidades instadas* pela categoria (modo-)temporal. Observe-se o sintagma nominal em posição de complemento nas ocorrências registradas nos esquemas **1.** a **4.**:

1.
A-Presente
- *Lindauro pensa um instante e* ***toma uma*** *resolução.* (ATR)
  (Asserção de fato)

B-Passado
- *A Brabham ainda não* ***tomou uma*** *decisão concreta.* (CRU)
  (Asserção de fato)

C-Futuro
- *O Brasil* ***tomará um*** *novo rumo.* (H)
  (Asserção de possibilidade)

2.
A-Presente
- *Virgínia Lane* ***compra um*** *ônibus e percorre cidades do interior apresentando seu show.* (PO)
  (Asserção de fato)

B-Passado
- *Sarney Filho* ***comprou um*** *apartamento de quatro quartos.* (FSP)
  (Asserção de fato)

C-Futuro
- *(O fazendeiro)* ***compraria uma*** *casa em Aracaju.* (ATR)
  (Asserção de possibilidade)

3.
B-Passado
- *Mário* ***ganhou um*** *carro zero.* (BL)
  (Asserção de fato)

C-Futuro
- *O Teatro* ***ganhará um*** *novo funcionário.* (BB)
  (Asserção de possibilidade)

4.
A-Presente
- *Túlio* ***coloca um*** *disco na vitrola,* ***uma*** *valsa vienense.* (MD)
  (Asserção de fato)

B- Passado
- *Vovô Pepê* ***colocou um*** *disco na vitrola.* (MD)
  (Asserção de fato)

Nesses esquemas, **A** e **B** são modalidades reais: a crença na verdade da sentença implica também crença na existência de um objeto único. Assim, nesta última frase, trata-se de um disco único.

Por outro lado, **C** é modalidade irreal: a interpretação é não-referencial, ou genérica. Assim, em *O Teatro ganhará um novo funcionário, um novo funcionário* tanto pode ser um funcionário único (interpretação referencial) como um funcionário qualquer.[62]

Outra fonte de modalidade *irrealis* em oração simples – além do tempo – vem de alguns operadores probabilísticos, como os advérbios e modais epistêmicos.

Presente:

- *Túlio **talvez coloque** um disco na vitrola.*

Passado:

- *Túlio **pode ter colocado** um disco na vitrola.*

Nessas duas frases, que são asserções de possibilidade, o objeto direto *um disco* é não-referencial.

Finalmente, outra fonte de modalidade *irrealis* em orações principais são os verbos modais criadores de mundo, isto é, que não implicam a existência de seus objetos, mesmo no passado, ou seja, verbos que representam modos, estados ou eventos imaginários, como *procurar, querer, imaginar, sonhar com*:[63]

- *Túlio queria / imaginava / procurava / sonhava em colocar um disco na vitrola.*

Neste ponto, pode-se voltar à questão da organização do enunciado em camadas (Dik, 1989a, 1997) para verificar a incidência dos modalizadores sobre o segmento em seu âmbito, nos enunciados:

1) A incidência de operadores e satélites de nível 3 (modalidade subjetiva ou evidencial) sobre uma asserção não afeta a referencialidade do complemento com indefinido, porque esses modalizadores já incidem sobre a proposição, e, portanto, não alteram a definição interna dessa proposição como *realis* ou *irrealis*:
   - ***Segundo os jornais** Virgínia Lane compra **um** ônibus e percorre cidades do interior apresentando seu show.*
   ***Aparentemente** Virgínia Lane compra **um** ônibus e percorre cidades do interior apresentando seu show.*
   ***Felizmente** Virgínia Lane compra **um** ônibus e percorre cidades do interior apresentando seu show.*
   ***É bom que** Virgínia Lane esteja comprando **um** ônibus e percorrendo cidades do interior apresentando seu show.*[64]
   - ***Segundo os jornais** Sarney Filho comprou **um** apartamento de quatro quartos.*
   ***Aparentemente** Sarney Filho comprou **um** apartamento de quatro quartos.*
   ***Felizmente** Sarney Filho comprou **um** apartamento de quatro quartos.*
   ***É bom que** Sarney Filho tenha comprado **um** apartamento de quatro quartos.*[65]
   - ***Segundo os jornais** (o fazendeiro) compraria **uma** casa em Aracaju.*
   ***Aparentemente** (o fazendeiro) compraria **uma** casa em Aracaju.*
   ***Felizmente** (o fazendeiro) compraria **uma** casa em Aracaju.*
   ***Seria bom que** (o fazendeiro) comprasse **uma** casa em Aracaju.*

2) Os modalizadores de nível 2 (modalidade objetiva), por seu lado, podem afetar a referencialidade do complemento com indefinido, impedindo que se defina como *realis* uma predicação de presente ou de passado (que, em princípio, comporia uma asserção de fato), isso porque a incidência desses modalizadores é sobre a predicação. Assim, há asserção de possibilidade (*irrealis*) e complemento não-referencial em
   - ***É possível/provável/impossível/improvável** que Virgínia Lane compre um ônibus.*
   - ***É possível/provável/impossível/improvável** que Sarney Filho tenha comprado um apartamento de quatro quartos.*
3) Finalmente, um modalizador de nível 1, (modalidade inerente), como o verbo modal *poder* de possibilidade, já define o predicado como *irrealis* (asserção de possibilidade), implicando não-referencialidade do complemento indefinido:
   - *Virgínia Lane **pode** comprar **um** ônibus.*
   [com o mesmo significado da frase que está em 2: "é possível"]
   - *Sarney Filho **pode** ter comprado **um** apartamento de quatro quartos.*
   [com o mesmo significado da frase que está em 2: "é possível"]

Isso não ocorre no emprego do modal *poder* de capacidade, que não implica necessariamente não-referencialidade do complemento indefinido:

- *Sarney Filho **pode / pôde** comprar **um** apartamento de quatro quartos*
[com o significado de "tem / teve condição de"]

Modalidade e relevo informativo

Outra ligação interessante da modalidade é com as noções de primeiro plano, ou *foreground* (linha principal do episódio, da descrição, da comunicação), e de segundo plano, ou *background* (porções de suporte do episódio, da descrição, da comunicação).[66] Embora haja uma relação entre essa divisão e a divisão entre informação asseverada e informação pressuposta, não se pode fazer uma assimilação entre os dois pares, já que ambos os tipos de informação podem ser encontrados tanto no *foreground* como no *background*.

Quanto à modalidade, o *realis* se liga, em princípio, ao *foreground*, e o *irrealis*, ao *background*: "Eventos que aconteceram realmente devem ser mais salientes para codificação e recuperação do que eventos hipotetizados" (Givón, 1984, p. 289). Entretanto, essas correlações são probabilísticas, não absolutas. E, como assinala Givón, elas pertencem mais tipicamente ao discurso narrativo, sendo menos evidentes na conversação face a face, e ainda menos num discurso direcionador de procedimentos. Pode-se afirmar, por exemplo, que, num texto de narrativa pessoal, que tem suas porções informativas arranjadas no quadro das referências de tempo, espaço e pessoa, se estabelece uma moldura modal que coloca os eventos em um mundo real, configurando-se um estatuto factual. Isso não ocorre, entretanto, num folheto com

instruções de procedimento, no qual fica estabelecida uma moldura de natureza diretiva, configurando-se um estatuto não-factual, hipotético.[67] Esse condicionamento modal inerente a cada tipo de texto está comprovado na análise de textos que efetuei. Uma das investigações a que procedi diz respeito ao emprego dos adjetivos *(im)possível*, *(im)provável* e dos advérbios *possivelmente* e *provavelmente*, com valor epistêmico, nos cinco tipos textuais sob exame (*Corpus* de Araraquara).[68] Numa apresentação genérica dos resultados obtidos, pode-se afirmar que não há grande discrepância entre o uso de tais modalizadores nos diversos tipos textuais:

a) no total, a linguagem técnica é a que mais usa esses modalizadores (33%), vindo a seguir a linguagem jornalística (29%); as duas têm porcentagens acima da média também no uso de cada um dos seis elementos (acima de 25% e acima de 28%, respectivamente); segue-se imediatamente a literatura romanesca, com 25% do total de ocorrências;
b) no total, a literatura dramática é a que menos usa esses modalizadores (6%), vindo a seguir a oratória (9%); as duas têm porcentagem abaixo da média também no uso de cada um dos seis elementos (abaixo de 7% e de 9%, respectivamente).

As tendências mantêm-se quando se investiga o uso de cada um desses modalizadores epistêmicos, evidenciando-se a pouca presença deles nos textos interacionais (literatura dramática) e nos textos retóricos (oratória), que são tipos textuais com baixa criação de segundo plano.

Por outro lado, a comparação dos três tipos menos híbridos de texto (o dramático, o técnico e o oratório) mostrou que o dramático tem 54% das ocorrências de verbos modais deônticos, isto é, ligados à conduta, enquanto o técnico tem apenas 19% do total desses verbos. No reverso, o texto técnico é o que apresenta o maior porcentual de verbos modais epistêmicos, isto é, ligados ao conhecimento (36%).

Como assinala Givón (1984), as correlações de *realis* e de *irrealis* com *foreground* e *background*, respectivamente, não têm nada de necessário, do ponto de vista lógico. O que elas representam são fatos cultural-cognitivo-perceptuais concernentes ao que os homens mais provavelmente consideram notável, informativo, saliente, memorável ou saliente na codificação e comunicação de experiência. Embora não sejam absolutas, elas representam a base para uma elucidação feita em função da qualidade de 'marcado' nos sistemas de tempo, aspecto e modalidade.

Observada a alocação dos diferentes tipos de modalidade – incluída a polaridade – nos diferentes estratos do enunciado, verificaram-se algumas determinações da modalidade da frase sobre a referencialidade do sintagma nominal complemento, bem como se apontou a pertinência de uma investigação que aloque a expressão da modalidade na organização informativa do texto.[69] Textos que, por sua natureza, têm diferente arranjo de porções de informação apresentam diferente seleção de tipos modais.

Notas

* Este capítulo reúne reflexões e aproveita trechos de estudos de Neves (2000b; 2000c).

[1] Considero mais fiel à função envolvida, o adjetivo **modalizadores**, para esses verbos. Entretanto, não é essa a tradição, na nossa como em outras línguas.

[2] Tradução minha. O original inglês é: "The modality of *p* means that *p* is necessarily true or false, or possibly true or false with respect to a certain background. Or, alternatively, the modality of *p* means that *p* is necessarily true or false, or possibly true or false in a certain set of possible worlds."

[3] Essa tripartição corresponde à tradicional tripartição lógica entre verdade, necessidade e possibilidade.

[4] Ver Neves (2000a, p. 32-35). Ver também, neste livro, o capítulo "Construir o texto com a gramática".

[5] O conhecimento não-contestado é o que se acaba de registrar na definição b), como correspondente comunicativo da entidade lógica 'verdade necessária'.

[6] Sobre a categoria 'evidencialidade' (ligada à fonte do conhecimento), ver o item "Modalidade epistêmica e evidencialidade".

[7] Leve-se em conta o modelo de interação verbal de Dik (1989a, 1997), explicitado em Neves (1997, p. 19-21). A esse modelo me refiro nos diversos capítulos deste livro.

[8] A distinção *modus* / *dictum* já está, de certo modo, presente no tratamento estóico da predicação, preparando exatamente a distinção entre a predicação / a proposição / o ato de fala e a sua modalização. Na Lingüística merece menção o tratamento de Bally (1950), para quem todo enunciado combina a representação de um processo ou estado (o *dictum*) com uma modalidade que o afeta (o *modus*) a partir do sujeito falante, e de três modos: em relação ao entendimento (constatar), ao sentimento (apreciar) e à vontade (querer). Verifica-se grande importância dessa dicotomia na teoria de Culioli (1968), que reconhece uma *léxis*, base da invariância parafrástica, e diversas operações de determinação que singularizam o enunciado a partir do sujeito enunciador.

[9] Da modalidade chamada **alética** se tratará a seguir. Fica por discutir se **bulomaica** e **disposicional** são, realmente, modalidades, pois, a rigor, apenas a epistêmica – e, com reservas, a deôntica – respondem completamente às propriedades da modalização lingüística.

[10] Para o traço [+controle] ver Dik (1997), explicitado em Neves (1997, p. 88-89). Essa questão voltará a ser tratada em muitos pontos deste capítulo, especificamente no item "A polissemia dos modos verbais".

[11] Ver o item "Os diversos tipos de modalidade".

[12] Os verbos modais são tratados, particularmente, no item "A polissemia dos modos verbais".

[13] Galvão (2001, pp. 62-90) busca fazer uma definição e delimitação da categoria lingüística evidencial, partindo de um estágio em que "não há uma delimitação quanto aos integrantes dessa categoria, ou seja, não se identifica qual o plano de funcionalidade da dimensão categorial evidencial, se lexical ou gramatical" (p. 82). Parte do marco histórico de Jakobson (1957, 1971, apud Jacobsen, 1986) e passa, entre outros, por Bybee (1985), Anderson (1986), Chafe (1986), Chafe e Nichols (1986), Willet (1988), Dendale e Tasmowski, (1994), Lazard (2001), Plungian (2001), além dos funcionalistas que ligam muito determinantemente a evidencialidade e a modalidade a camadas de constituição do enunciado (Dik, 1989a; Hengeveld, 1988, 1989; Nuyts, 1992, 1993a, 1993b, 2001), dos quais trato, especialmente, aqui.

[14] A tradução é minha. O original inglês é: *Evidentiality has been conceived in a narrow sense as subsuming those grammatical elements that code the source of knowledge expressed in a proposition, in a broader sense as subsuming those elements that code both the source of knowledge and the speakers' attitude about the degree of confidence s/he has in the reliability of that knowledge.* (Botne, 1997, p. 509)

[15] Galvão (2001) explicita a defesa dessa independência das duas categorias feita, entre outros, por Anderson (1986), Chafe (1986), Bybee e Fleischman (1995), Willet (1988), Lazard (2001), Plungian (2001). A comprovação mais invocada é a existência, nas línguas, de diferenças formais e semânticas entre as expressões modais e as evidenciais (não-modais), com sistemas evidenciais gramaticalizados.

[16] Ver item "Os níveis de atuação na modalização segmental dos enunciados.

[17] Com essa proposta concorda Dall' Aglio-Hattnher (1995), que afirma que, admitindo que a modalidade epistêmica está dentro do âmbito de incidência da evidencialidade, lhe "foi possível descrever a modalidade epistêmica de uma forma mesno fragmentária" (p. 131)

[18] Tradução minha. O texto inglês é "without evidence, no evaluation of the probability of the state of affairs is possible – one could then only say that one does not know".

[19] Dall'Aglio-Hattnher (1995) afirma que "as análises dos enunciados epistemicamente modalizados feitas por Hengeveld e Nuyts, ainda que de naturezas diferentes, não são excludentes" (p. 82).

[20] Os verbos modais mais usuais em português – como, de resto, deve ocorrer nas diversas línguas – são *poder* e *dever*. Carrascossi (2003, p. 84) examinou a freqüência relativa desses dois verbos (tanto da modalidade de raiz como da modalidade epistêmica), em *corpus* de língua falada culta – NURC e em *corpus* contemporâneo de literatura dramática, tida como simulação da língua falada (*Corpus* de Araraquara), e encontrou 75% para *poder* e 25% para *dever*. Outros estudos do português (Costa, 1995; Mesquita, 1999; Faria, 2003) também comprovaram a elevada freqüência relativa de *poder*. Lembre-se a forte polissemia desse verbo (ver o item "A diversidade de interpretação dos enunciados modalizados nas línguas naturais").

[21] Para o conceito e o uso de verbo-suporte (ou verbo geral, ou verbo leve), ver Neves (2002, p. 189-206). Ver, também, neste livro, o capítulo "Falar de... e dizer que...", item "Verbos-suporte".

[22] Diferentemente de Bally (1942), porém, Roulet (1979) exclui dos modalizadores de proposição as expressões da atividade verbal do enunciador, distinguindo os verbos performativos, que são predicados de ação, dos verbos modais, que não o são. Seu estudo se limita ao exame dos modalizadores lexicais, os mais acessíveis à observação, o que exclui os marcadores gramaticais (como o futuro anterior epistêmico: *A imaginação me terá iludido.*) e os contornos prosódicos. Estes, por não serem discretos, permitem, sem dúvida, uma modalização mais fina do enunciado do que os marcadores lexicais ou gramaticais.

[23] Ver item "A polissemia dos verbos modais".

[24] Sobre a alocação da modalidade nos diversos níveis de constituição do enunciado, ver item "A alocação da modalidade nos diversos níveis de organização do enunciado".

[25] Ver nota 1.

[26] A construção total examinada por Aristóteles (166a 22) é: "*oíon tò dýnastai kathémenon badízein kaì mè gráphonta gráphein*".

[27] Uso o termo **proposição** (*apóphansis*), nesta parte do livro, em seu significado lógico aristotélico de "expressão de juízo".

[28] Ver nota 8.

[29] Os tipos de modalidade são tratados, neste capítulo, no item "Os diversos tipos de modalidade".

[30] Carrascossi (2003) encontrou o verbo *poder* usado como de raiz em 70% dos casos (30% como epistêmico), e, inversamente, o verbo *dever* usado como de raiz em 34% dos casos (66% como epistêmico), atribuindo a alta freqüência de *poder* de raiz ao fato de o *corpus* de exame constituir-se de textos interativos (língua falada e textos dramáticos – ver nota 21). Com *corpus* de natureza diferente, entretanto também com forte apelo interpessoal (contratos), Faria (2003) encontrou porcentagem semelhante para *poder* de raiz: 63%. Entretanto, Costa (1995), que também examinou textos interativos (a fala carioca), encontrou mais baixa freqüência de *poder* de raiz (54%), o que mostra que o conjunto de variáveis a pesar é complexo. Mesquita (1999), que analisou textos escritos de tipos variados e restringiu o exame a *poder* deôntico propriamente dito, encontrou uma porcentagem restrita a 25% para esse valor do verbo. Quanto ao verbo *dever*, tem-se verificado que ele expressa muito mais freqüentemente modalidade epistêmica do que deôntica, e para a baixa freqüência do uso como deôntico deve pesar a concorrência de verbos menos polissêmicos e mais enfáticos, especialmente *ter de / que*. Mas o tipo de texto condiciona os usos: Faria (2003), no exame de textos contratuais, teve 98% de casos do verbo *dever* expressando obrigação. Obviamente, em textos de contratos, verbos como *ter de / que* (e, mesmo, *precisar*) não ocorrem, porque eles são muito fortes nas relações contratuais com um cliente.

[31] Da relação entre modalização e polarização – com implicação dos verbos modais – trato no item "Modalidade e polaridade" deste capítulo e no item "Modalização e polarização" do capítulo "Construir o texto com a gramática".

[32] Deste tipo de enunciado, sob outro ponto de vista, trato no item "As diferentes noções de modalidade" do capítulo "Conectar significados".

[33] Da predicação trata o capítulo "Falar de... e dizer que...".

[34] Dik (1997, p. 108) define o estado de coisas télico como aquele que atinge um ponto terminal natural quando está totalmente acabado.

[35] Δέον é o particípio presente do verbo δεῖν (só de terceiras pessoas), que significa "ser preciso".

[36] Em Dik (1997, p. 232-233) esse uso de ver é invocado para ilustrar a camada da proposição, superior à de predicação, à qual pertence o uso de ver da frase anterior. Sobre as camadas de constituição do enunciado, segundo a gramática funcional de Dik, e sua relação com o processo de modalização, ver item "A alocação da modalidade nos diversos níveis de organização do enunciado".

[37] Tenho estado empenhada na elaboração de dicionários, como membro da equipe do Departamento de Lingüística da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp – Araraquara, que, com coordenação do Professor Francisco da Silva Borba, já publicou três dicionários baseados em ocorrências reais (Borba (coord.), 1990, 2002 e 2005).

[38] Indicações sobre *corpus* de análise estão na Apresentação.

[39] Entretanto, com os demais verbos modais, em geral, e em especial com os de forma perifrástica, o uso deôntico ultrapassa o epistêmico: *ter de/que* (86%), *ser preciso* (85%) e *ser necessário* (71%). Com *precisar*, a freqüência é equilibrada: 51% de modalização deôntica.

[40] Desses temas ligados à predicação trata o capítulo "Falar de... e dizer que...".

[41] Trato, genericamente, da categoria verbal 'tempo', no item "A investigação das formas verbais nos enunciados", do Capítulo "Falar de ... e dizer que...".

[42] Trato da possibilidade, ou não, da existência de enunciados não-modalizados no item "A noção básica de modalidade" deste capítulo.

[43] Ver nota 8.

[44] Para uma visão genérica, ver Neves (1997, p. 83-94).

[45] Sobre as relações entre modalidade e polaridade, ver item "A alocação da modalidade nos diversos níveis de organização do enunciado". Ver, também, capítulo "Construir o texto com a gramática".

[46] Sobre as relações entre modalidade e evidencialidade, ver o item "Modalidade epistêmica e evidencialidade.

[47] Um advérbio como *indubitavelmente* não contradiz essa afirmação, porque ele é negativo só morfologicamente, pois, na verdade, expressa polaridade positiva forte.

[48] *Impossivelmente* ocorre, e raramente, incidindo sobre adjetivo, isto é, sem valor atitudinal. São duas as ocorrências em todo o *corpus* examinado: ***Aleck Karis é o melhor exemplo do que podem os bons músicos hoje, num espaço tão superpovoado e impossivelmente competitivo como o da música clássica (Fsp). Quatro anos depois, em 1958, perderia novamente para Jorge Alessandri, por uma margem impossivelmente estreita de 32 mil votos.*** (FSP).

[49] Como se explicitou no início deste item, Dik chama **epistemológica** a essa modalidade, obtendo uma diferenciação terminológica, mas mantendo a noção básica ligada a "conhecimento" (grego: *epistéme*).

[50] Ver o item "Modalidade epistêmica e evidencialidade".

[51] Está bem clara a proposta em Halliday (1985), mas pode-se percorrer a série de obras desse autor citadas na bibliografia, para compreensão da organização de seu sistema. Em especial cito Halliday (1970).

[52] Obviamente, nessa equação, trata-se de 'sim' e 'não' proposicionais, não interpessoais. Ver, adiante, item "Marcas de polaridade".

[53] Ver item "Os históricos das investigações da lógica".

[54] Há, ainda, o fato de a interpretação poder ser epistêmica ou deôntica. Ver capítulo "Construir o texto com a gramática", item "Modalização e polarização".

[55] A questão já foi tratada neste capítulo, no item "A polissemia dos verbos modais", e a ela se volta no capítulo "Construir o texto com a gramática".

[56] Ver item "Modalização e polarização", do capítulo "Construir o texto com a gramática".

[57] Ver Neves (2000, p. 285-331)

[58] Ver capítulo "Referenciar", especialmente o item "A referenciação e os conceitos correlatos".

[59] Mesmo quando a negação não está contígua a um termo, ela pode atingi-lo especificamente. Aliás, a tendência é a negação incidir sobre o mais específico, e não sobre o mais geral, como aponta Leinfellner (1994, p. 88-89), que apresenta regras que dirigem as probabilidades de ocorrência. No caso específico desta frase, verifica-se que, se a redação fosse *Otávio (...) não se veste muito discretamente*, a negação, mesmo antecedendo o verbo, não estaria incidindo sobre todo o predicado (*se veste muito discretamente*), mas continuaria incidindo sobre o adjunto adverbial de modo (*muito discretamente*), e, especialmente, sobre a sua intensificação (*muito*), e a frase corresponderia exatamente a *Otávio (...)* ***veste-se não muito discretamente***. A primeira das regras de Leinfellner, aliás, diz que o elemento com a maior probabilidade de ser atingido pela negação é o quantificador.

[60] As relações entre tempo, modo e aspecto na interpretação de uma predicação modalizada foram tratadas, neste capítulo, no item "Os fatores da interpretação".

[61] A ligação da modalidade deôntica com o traço [+controle] do sujeito é tratada, neste capítulo, especialmente nos itens "Os diversos tipos de modalidade", "Modos de expressão da modalidade no eixo da conduta (deônticos)" e "Os fatores da interpretação".

[62] A questão do aspecto, ligado ao tempo, não é examinada aqui. Ver capítulo "Falar de... e dizer que...", sobre predicação. Observe-se, porém, que a definição, em última instância, é aspecto-temporal. Assim, em uma frase com presente habitual (por exemplo, com complemento plural), como em: *Túlio coloca discos na vitrola*, a expressão é genérica, não referencial: não se refere a nenhum disco nem a algum grupo único de discos.

[63] Esses verbos são tratados, neste livro, no capítulo "Texto e gramática".

[64] *É bom* constitui um predicado factual, de modo que, mesmo que a proposição completiva esteja em subjuntivo, ela é *realis*.

[65] Ver nota anterior.

[66] Ver capítulo "Falar de... e dizer que...", nota 48.

[67] Esses dois tipos de texto foram estudados, em alemão, por Stutterheim (1988), que, além de examinar as estruturas modais encontradas, buscou verificar como essas estruturas variam dentro de um tipo específico de texto, do estatuto de primeiro plano (*foreground*) para o de segundo plano (*background*). O favorecimento de certas modalizações por diferentes tipos textuais foi referida no item "A polissemia dos verbos modais" deste capítulo.

[68] Verificou-se o número de ocorrências de cada um desses modalizadores por 100.000 palavras, encontrando-se números absolutos e porcentuais. O total de ocorrências foi 5.521. Aqui se comentam alguns porcentuais.

[69] Ver capítulo "Construir o texto com a gramática".